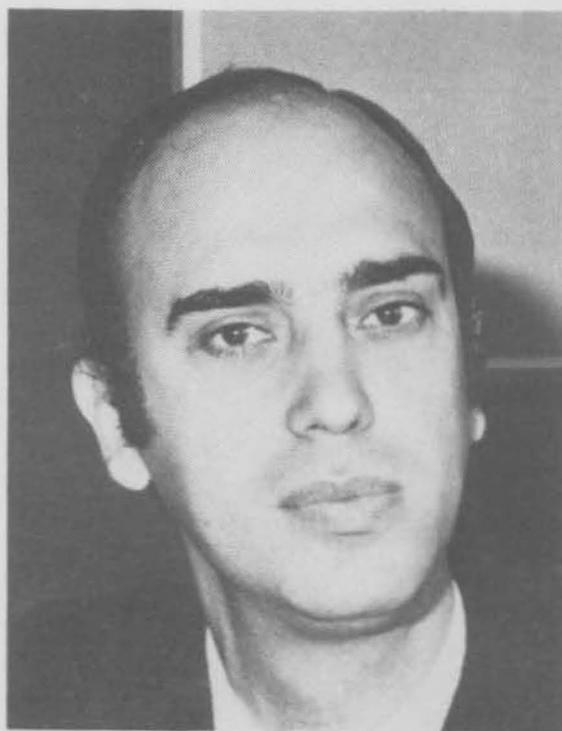


# MARCO MACIEL

NORDESTE: o semi-árido



4 AÇÃO PARLAMENTAR



**SENADOR MARCO MACIEL**

**NORDESTE:  
o semi-árido**

**BRASÍLIA — 1983**



*O fenômeno da seca, alastrando-se já agora por cerca de 87% da área total do Nordeste, ou seja, 1.400.000 km<sup>2</sup> — maior que a de vários países do mundo — abate-se diretamente sobre população superior a 24 milhões de pessoas.*

*Esta publicação contém dois discursos sobre o assunto. No primeiro faz-se uma retrospectiva histórica da questão e indica-se um conjunto de providências capazes de solucionar o problema; no segundo, pronunciado no momento em que a situação tornou-se mais aguda, aponta-se o que objetivamente falta à região semi-árida.*



# **DISCURSO**

*(Preferido no Senado Federal em 17 de  
junho de 1983)*



## CRÔNICA DAS SECAS

Quando, há três décadas, dizia que “politicamente foi ganha a batalha para apresentar como escândalo nacional o retardamento do Nordeste”, o Padre Louis Joseph Lebret percebia, com acuidade, que a Nação brasileira experimentava, naquele momento, grande comoção ante a tragédia das secas, a dramatizar o problema nacional representado pelo atraso da região.

Não foram poucos os momentos como aquele. Ficou célebre o alarma com que Dom Pedro II recebeu a notícia de que 500 mil pessoas encontravam-se à míngua na grande seca de 1877-1879; “Não restará uma única jóia na coroa — prometeu o Imperador — mas nenhum nordestino morrerá de fome”.

Desde então, repetidas vezes viu-se o Brasil diante do problema, com tal frequência, que se corre o risco de amortecer a capacidade de cada um escandalizar-se com esse grave desequilíbrio a comprometer o desenvolvimento do País.

Há registros bem mais antigos da ocorrência de seca. O primeiro remonta há quatro séculos: em 1583 expedição que embrenhara-se pelos sertões de Pernambuco e Bahia dava conta de longa estiagem que teria assolado a região. Quatro anos mais tarde o relato de Fernão Cardim referia-se a “uma grande seca e esterilidade na Capitania de Pernambuco”, então a mais desenvolvida da colônia.

Notícia de estiagem “das mais notáveis” é dada por uma testemunha, Manoel Antônio Dantas Corrêa, citado por seus netos Phelippe e Theophillo Guerra em livro editado no começo deste século: em 1623 e no ano seguinte aconteceu outra calamidade, com grande mortandade, que segundo ele “só não foi mais considerável por estar ainda o sertão inculto e dispondo de abundância de caça e mel silvestre”.

O século XVIII marcou-se por triste recorde, os sete anos de seca entre 1721 e 1727. Dramaticamente célebre foi a “seca dos três setes”, no biênio 1776-1777; talvez porque nos sertões, já mais povoados, escasseassem caça e mel, foi preciso que a corte de el-Rei Dom João V determinasse fossem socorridos os flagelados, aos quais distribuíram-se terras nas margens de rios cearenses; dessa

atividade surgiram, vale lembrar, cidades como Sobral e Russas, hoje novamente incluídas na programação de emergência da SUDENE.

A essa primeira intervenção do poder público com vistas a ajudar os sertanejos seguiram-se várias outras: em 1831 o governo da Regência Trina mandou que se abrissem “fontes artesianas profundas”, e em 1859 o Barão de Capaneima, Chefe da Comissão Científica Exploradora, empenhou-se em introduzir nova criação, menos vulnerável, que substituísse a pecuária até então disponível.

O século XX, já iniciado sob a égide de uma seca, trouxe logo em sua primeira década tentativas sistematizadas de combate ao flagelo, consubstanciadas sobretudo pela criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, em 1909; dedicando-se à construção de açudes no sertão esse órgão, o antecessor do atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), veio conferir maior organicidade aos esforços até então dispersos.

Esses relatos, extraídos aleatoriamente do que se poderia denominar “Crônica das Secas”, mostram-nos como as adversidades climáticas, que aparecem ciclicamente desde os primeiros tempos da formação da Nação brasileira, agravaram-se com o passar dos anos, à medida em que se povoava o sertão e comprometiam-se as defesas naturais de que o homem podia socorrer-se. Mostram, sobretudo, como o flagelo periódico passou a motivar intervenções cada vez mais decididas dos poderes públicos — as quais, contudo, muito tardaram em revestir-se de outro caráter que não o de atendimento a emergências. Ao agravamento da estiagem correspondia, quase invariavelmente, ação emocional que, embora fundada em sentimentos louváveis de solidariedade ante o sofrimento, carecia de organicidade capaz de conferir-lhe efeitos duradouros.

Intermitente como a estiagem, a atuação governamental foi criticada, certa feita, por ilustre parlamentar nordestino, segundo o qual “(...) vários meios se têm lembrado para ocorrer aos males (do Nordeste): tem-se falado nos açudes, medida que foi iniciada em 1833 (...) e é para lamentar que ainda seja necessário chamar a atenção para esse meio de obviar as secas (...)”.

Tais palavras poderiam ter sido pronunciadas por vários dos ilustres membros do atual Congresso Nacional, com os quais tenho a honra de partilhar a representação dos Estados do Nordeste. Mostrar-se-iam atuais, oportunas; proferi-las, traduziria apenas aguda percepção do problema, quem as disse, porém, foi o imortal José Martiniano de Alencar, Deputado-Geral pela Província do Ceará, em discurso proferido em 1877.

Outro ilustre parlamentar, Epiácio Pessoa, único político civil daquela região alçado à mais alta magistratura do País, em discurso pronunciado em 21 de agosto de 1891, quando era Deputado pela Paraíba à 1ª Assembléia Consti-

tuinte Republicana, também reclamava contra “a prática adotada para socorrer as populações desvalidas”.

### PROBLEMA MÚLTIPLO

Permitam-me, neste ponto, ligeira digressão sobre a questão da seca e suas implicações, ao ferir o problema do Nordeste. Habitualmente fala-se nela e em todo o rosário de sofrimentos que traz ao povo. Cabe lembrar, entretanto, que o problema ultrapassa a carência de chuva.

Deixemos que fale Miguel Arrojado Lisboa, primeiro Diretor da Inspetoria de Obras Contra as Secas, que abordou o assunto em conferência proferida em 1913:

“Seca, no rigor léxico — dizia — significa estiagem, falta de umidade. Da chuva provém a água necessária à vida na terra. O problema das secas, assim encarado, seria simplesmente o problema da água, isto é, de seu suprimento. Mas a palavra “seca”, referida a porção do território habitado pelo homem, tem significação mais complexa. Com efeito, o fenômeno físico da escassez da chuva influi no homem pela alteração profunda que dela decorre para as condições econômicas da região, que por sua vez refletem-se na ordem social. Assim encarada, seca é fenômeno muito mais vasto, de natureza tanto física como econômica e social. É, portanto, problema múltiplo. Verdadeiramente, não há problema, há problemas.”

Parece oportuno, hoje, destacar na seca o fenômeno social observado, já no começo do século, pelo ilustre engenheiro, homem das ciências e das letras, É ele que subjaz ao quadro dramático que, como agora, no quinto ano da septuagésima quarta estiagem, assola com lúgubre constância a região e peja nossos foros de nação civilizada.

E esse fenômeno, alastrando-se por cerca de 58% da área total do Nordeste, ou seja, 951.200km<sup>2</sup> — maior que a de vários países do mundo —, abate-se sobre quase a metade da população nordestina, que é superior a 35 milhões de pessoas. É preciso, portanto, compreendê-lo, porque, somente compreendendo-o, poderemos aquilatar a aflição que atinge cada mulher, cada homem, jovem ou velho do sofrido sertão.

É claro que à adversidade climática — mais grave seja — não se pode atribuir inteira responsabilidade pelas diferenças de renda e riqueza infelizmente ainda existentes entre o Nordeste e outras regiões do País. É de igual forma inegável que parte da solução do problema, em seu sentido estrito, há de ser encontrada em setores que não o diretamente atingido — a agropecuária — e em áreas nordestinas fora do polígono das secas.

Políticos e técnicos do Brasil e do exterior já o perceberam há tempo; dirigentes governamentais já intentaram adotar as soluções apontadas.

É lícito, pois, concluir que, em sentido amplo ou estrito, a seca do Nordeste é problema conhecido. Os habitantes da colônia procuraram mitigá-lo com os meios a seu alcance. Dom Pedro II angustiou-se com os sofrimentos que causava, assim como no passado recente líderes e dirigentes dos mais altos escalões da República alarmaram-se com a gravidade da questão e determinaram que se lhe equacionassem soluções.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Entendido o problema, sabidas suas causas e vistas suas conseqüências, cabe perguntar: por que tardam soluções capazes de obter resultados concretos? Que falta à tão esperada redenção do semi-árido? Que forças interpõem-se entre potência e ato, formulação e execução de políticas realmente aptas a colocar a questão entre as prioridades do desenvolvimento nacional?

Soluções técnicas têm sido concebidas nas últimas três décadas. A fundação do Banco do Nordeste, por exemplo, em 1952, ocorreu no bojo de amplo debate sobre a questão, que apaixonou a opinião pública e contou com participação de significativa parcela das mais esclarecidas elites nacionais; através do Escritório Técnico do Nordeste — ETENE, o próprio BNB vem produzindo, desde então, trabalhos de elevado conteúdo.

Datam da mesma época sugestões do Padre Louis Joseph Lebret, idealizador do solidarismo cristão que, movido pelos mais nobres sentimentos e apoiado em sólida cultura humanística e científica, debruçou-se sobre o Nordeste na década de 50.

São também dessa época os trabalhos levados a cabo pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Criado em 1957 e vinculado à Presidência da República através do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, precursor da SUDENE. Suas conclusões, vindas à luz em 1959 e enfileiradas no documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, permanecem em grande medida válidas ainda hoje, consubstanciando-se, em síntese, em quatro recomendações básicas: intensificar os investimentos industriais, a fim de proporcionar a criação de centros autônomos de expansão manufatureira; transformar a economia agrícola da faixa úmida como alternativa de ampliação da oferta de alimentos aos centros urbanos, bem como à geração de excedentes utilizáveis pela agroindústria; adotar medidas capazes de reduzir a vulnerabilidade da agropecuária do sertão semi-árido, fortalecendo sua economia mediante desenvolvimento de culturas resistentes à seca; proporcionar deslocamento da fronteira econômica da região em direção às terras úmidas da pré-amazônia, para absorver os excedentes populacionais da região do polígono das secas.

Não se pode negar o quanto se avançou com a implementação dessas medidas. Os açudes, reclamados por José de Alencar há mais de um século, cresceram, multiplicaram-se, como que levaram “O Mar ao Sertão”, figurando cumprir a profecia de Antonio Conselheiro.

Em especial, vale destacar os ingentes esforços desenvolvidos pelo Governo do eminente Presidente João Figueiredo, que, através de ações eficientemente coordenadas pela SUDENE, tem orientado os trabalhos das denominadas frentes de emergência para a implantação de obras duradouras e efetivamente voltadas para a solução do problema.

Mas também não se deve ignorar, em contraposição, que em geral, ao longo de todos esses anos, os avanços revelaram-se tímidos, ou distorceram-se através do tempo, em prejuízo dos objetivos perseguidos. A acumulação de água nas barragens nem sempre se acompanhou de obras complementares e correções estruturais indispensáveis a que rendessem bons frutos do ponto de vista econômico e social.

As lúcidas recomendações do GTDN, se em parte concretizaram-se no tocante à industrialização, induzida pelo sistema de incentivos fiscais e apoio da SUDENE — ainda assim excessivamente concentrada nos setores de bens de consumo duráveis e segmentos afins —, não se transformaram em medidas capazes de intervir na agropecuária, seja através do fortalecimento da frágil estrutura econômica do sertão semi-árido, seja no tocante ao avanço da fronteira agrícola em direção aos vales úmidos de outras porções do Nordeste.

Por isso mesmo, ao setor primário atribui-se grande parcela de responsabilidade pela perda de posição do produto nordestino em relação ao nacional.

### O QUE FAZER

É, portanto, imprescindível — hoje mais do que nunca, pois é grave a crise com a qual se defronta o País, refletindo-se de modo mais agudo naquela região — que tenhamos, todos nós —, sobretudo os que constituem o Governo e o Legislativo — suficiente vontade política para tornar possível:

Intensificar esforços com vistas ao correto aproveitamento dos recursos hídricos da região, especialmente através da perenização de rios;

Perseverar na construção de adequada infra-estrutura, porquanto, a despeito do muito já realizado, esta não é, ainda, área com a qual nos possamos despreocupar. Em particular é recomendável a construção de estradas — principalmente vicinais — e ampliação das redes de distribuição de energia elétrica no meio rural;

Expandir de modo expressivo a grande irrigação, nos vazios demográficos, e a pequena, em zonas densamente povoadas, bem como estimular, nas áreas não-irrigáveis, a exploração da agropecuária de “sequeiro”, adaptada às condições prevaletentes no semi-árido. Tal será alcançado, a meu ver, sobretudo, através da ampliação de esforços no campo da pesquisa, extensão rural, assistência técnica e creditícia, armazenamento e garantia de preços compensadores.

*O Sr. João Lobo — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?*

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador João Lobo.

*O Sr. João Lobo* — Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> com a autoridade de ex-Governador de Pernambuco, estudioso dos problemas das carências nordestinas, traz para esta Casa, como sempre, um brilhante pronunciamento. Quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> e aproveitar para relembrar as palavras do Presidente Camilo Calazans, quando depôs, nesta semana, na Comissão de Empobrecimento do Nordeste. O Dr. Camilo Calazans foi enfático e deixou, sem nenhuma sombra de dúvida, a sua opinião por que o Nordeste continua pobre e defasado do resto do Brasil. Evidente que, sem levar em consideração as bases sobre as quais se construíram a agricultura do Centro-Sul e do Centro-Oeste, o Dr. Camilo Calazans mostrou que nada de sério foi feito ainda, no Brasil, e principalmente no Nordeste, para se ter ou não a definição da viabilidade ou inviabilidade do Nordeste. Nós vimos, naquela ocasião, os dados comparativos com as áreas de irrigação, não do Mundo, mas do Brasil com os seus vizinhos da América do Sul, muito menores em território. Se V. Ex<sup>a</sup> está lembrado, a Argentina apresenta um milhão e 800 mil hectares de terras irrigadas, preparadas para a agricultura, o Chile, idem, em torno de um milhão e 500 mil hectares, o Brasil, mal atinge um milhão de hectares, com todo esse território continental que nós temos a glória de ter. Mas, o Dr. Camilo Calazans deixou bem claro que as aplicações dos recursos no Nordeste foram presididas, foram feitas, à base de decisões políticas e que, enquanto as decisões para o Nordeste não forem de cunho nitidamente político e social, continuará a existir essa disparidade de desenvolvimento. V. Ex<sup>a</sup> lembra que as aplicações percentuais no Nordeste, de acordo com os investimentos do Governo Federal nas várias regiões do Brasil, ficaram sempre em torno de 9,5% do total dos investimentos nacionais. Os Ministérios da área econômica, os Ministérios da área social, principalmente, se excluirmos deles o Ministério do Interior, que tem uma aplicação em torno de 30% dos seus recursos no Nordeste, todos os outros mantêm uma aplicação em torno de 9% no Nordeste. Isto é, o Nordeste tem 30% da população do Brasil, quase 30% da área, mas como o Nordeste apenas contribui com 9,5% para a formação do PIB, o Governo, baseado em decisões estritamente econômicas, insiste em aplicar somente 9% dos recursos no Nordeste. Nós não queremos julgar a validade da decisão econômica de aplicar exatamente a contribuição que o Nordeste tem, mas nós achamos que isso representa uma injustiça social para com os nordestinos. Nós queríamos, e nós vamos defender, que o Nordeste tenha a aplicação compatível com a sua população e com a sua área. O Nordeste deveria ter, no mínimo, 30% da aplicação dos recursos globais desta Nação aplicados na região. Era essa a contribuição que eu queria dar ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro e eminente Senador João Lobo, quero, inicialmente, dizer que concordo com as palavras que V. Ex<sup>a</sup>, em aparte,

que muito me sensibilizou, ofereceu ao meu discurso. Efetivamente, se formos verificar os programas de irrigação desenvolvidos no País, e de modo especial no Nordeste, facilmente chegaremos à conclusão de que muito pouco foi feito e está sendo feito para atender às necessidades mínimas do nosso País, sobretudo quando se cogita ampliar significativamente a produção de bens primários, até mesmo para fazer face às necessidades de nosso País de obter crescentes supêrvits na nossa balança comercial com o exterior. Concordo também com V. Ex<sup>a</sup> que com relação a este, assim como com relação a outros assuntos, falta uma determinação política. Parece-me que o problema nordestino já está suficientemente analisado.

Eu fiz referências aqui, em minhas palavras, a alguns dos estudos já desenvolvidos, como o realizado pela COCENE, aqui, pelo Congresso Nacional, de modo especial pelos integrantes da antiga Aliança Renovadora Nacional. Parece-me, portanto, que estudos já os temos em quantidade significativa. Parece-me que não há problema no Nordeste que ainda esteja carente de estudo ou mesmo, em alguns casos, de projetos específicos. O que parece faltar à solução dos nossos problemas nordestinos é mais uma determinação no sentido de, através de significativos investimentos, transformar a paisagem econômico-social da região.

V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem que o Nordeste — se bem que represente pouco mais de 15% da superfície territorial do País — abriga em seu seio quase 1/3 da população brasileira e os investimentos que lá se realizam ficam muito aquém daquilo que seria o razoavelmente adequado para não apenas promover o desenvolvimento da região, mas também, sobretudo, fazer com que a região cresça a taxas mais altas, de sorte a que nós possamos superar o fosso que, infelizmente, ainda nos separa das regiões mais desenvolvidas do País.

Por isso, eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que concordo com as suas palavras, que as subscrevo integralmente e que espero, como produto de uma ação articulada entre os membros do Congresso Nacional e o Poder Executivo, possamos obter para o Nordeste vantagens cada vez maiores, de sorte que, progressivamente, a região vá assegurando, crescentemente, bem-estar e desenvolvimento a todos os seus filhos.

*O Sr. Itamar Franco* — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com muito prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Itamar Franco.

*O Sr. Itamar Franco* — Ouvindo o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, numa das indagações, foi feita a seguinte pergunta: que forças se interpõem no desenvolvimento do Nordeste? Há pouco o Senador João Lobo falou no Nordeste empobrecido. Mas interessante é que, já no Senado, num grande debate que se fez aqui, eu ouvi o Senador Passos Pôrto dizer exatamente o contrário, que recursos não

faltavam ao Nordeste. E que a verdade é que esses recursos foram mal aplicados, foram aplicados em obras de fachada. Portanto, assistindo à argumentação, argumentação inteligente de V. Ex<sup>a</sup>, não sei se fico com as suas observações ou com o sentimento que se alastrou através do aparte do Senador Passos Pôrto, de que realmente ao Nordeste não tem faltado recursos.

O SR. MARCO MACIEL — Caro e nobre Senador Itamar Franco, creio não haver, entre a minha manifestação e a do eminente Senador Passos Pôrto, nenhuma contradição. Evidente que ainda são escassos os recursos destinados à região nordestina, em que pese muitos e muitos esforços que têm sido feitos ao longo dos diferentes períodos governamentais.

É evidente que outro problema com o qual se defronta a administração pública é obter a melhor resposta, o melhor resultado dos investimentos que se realiza. E o Nordeste não escapa, como não poderia escapar, a esta regra. Nem sempre os recursos, ainda que escassos, que para lá são destinados, deles se obtém a melhor resposta. E o que nós devemos crescentemente fazer é, justamente, buscar, de um lado, a ampliação, e ampliação significativa, dos recursos, e, de outro lado, fazer com que os recursos aplicados produzam melhores resultados, sejam de tal sorte alocados que nós possamos ter respostas precisas e adequadas para os nossos problemas. Agora, de toda maneira, gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o problema nordestino está a exigir, ao lado de uma firme decisão política do Governo, uma ampla consciência nacional, porque eu considero extremamente importante que todo o País se conscientize da gravidade do problema nordestino. Entendo que a solução do problema nordestino interessa ao País como um todo, em seus múltiplos e mais variados setores. E acho que não basta a consciência do nordestino, é preciso que se alargue a consciência de todo o País, para que possamos dar outros e significativos passos no sentido de minorarmos o sofrimento, sobretudo da porção que vive, ou sobrevive, no semi-árido, assolado, no momento, pelo quarto ou quinto ano consecutivo de seca.

*O Sr. João Lobo* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

*O Sr. João Lobo* — Senador Marco Maciel, apenas para corroborar um pouco com o que V. Ex<sup>a</sup> tão bem vem dizendo e expondo ao Senado. Eu gostaria de repisar, de repetir um dado, principalmente para o Senhor Itamar Franco, para poder aquilatar a validade do aparte do Senador Passos Pôrto, o enfoque do seu aparte. Eu gostaria de repetir que da fundação do DNOCS em 1909 a 1982 foram gastos com as secas e com o Nordeste, durante os espaços em que não existiram secas, foram gastos exatamente um bilhão, duzentos e vinte milhões de dólares. Isto em 73 anos de despesas. Esses 1 bilhão e 220 milhões de dólares, dizem os entendidos, os economistas, são menos de 10% do que o Governo gastou, até agora, com a construção de Itaipu. Então, menos de 10% do

que o Governo gastou com a construção de Itaipu foram gastos durante 73 anos numa região, e em épocas que não se podia exigir muita eficiência da aplicação. Ao aplicar-se dinheiro em tempo de calamidade pública, como são os períodos de seca no Nordeste, não é justo que se queira a eficiência e a rentabilidade daquela aplicação. Pois bem, apesar de toda essa dispersão, de todo esse desperdício, o Nordeste teve 10% do que teve a construção de Itaipu. Nós temos que evitar, naturalmente, as generalizações, pois a especialização tende em transformar o nosso raciocínio mais ou menos antolhado. Mas eu gosto de repetir, talvez pela convivência que ele tem do problema, o Dr. Salmito, Superintendente da SUDENE. Disse uma vez, enfaticamente, creio que num depoimento perante uma Comissão deste Senado, ou da Câmara dos Deputados, não posso precisar, que o problema do Brasil era o Nordeste. Eu acho que o Dr. Salmito, naturalmente, estava com o enfoque muito voltado para o Nordeste, pois o Brasil tem vários outros problemas de enorme capacidade. Mas, um dos grandes problemas, dos magnos problemas desta Pátria, desta Nação é, realmente, o Nordeste. Agradeço a concessão do aparte a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MARCO MACIEL — Eu é que agradeço, Senador João Lobo, a contribuição que V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, traz ao meu discurso. Quero aproveitar a oportunidade para dizer que incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento por entender que ele produz observações extremamente sensatas e oportunas sobre o Nordeste e o País de nossos dias.

*O Sr. Passos Pôrto* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço o prezado colega e eminente Senador Passos Pôrto.

*O Sr. Passos Pôrto* — Nobre Senador Marco Maciel, estou ouvindo V. Ex<sup>a</sup> com muita atenção e muito respeito. V. Ex<sup>a</sup> é um ex-Governador de um Estado nordestino, justamente dos Estados mais castigados pelas secas; um Estado que tira a sua economia de um terço de suas terras, pois dois terços de Pernambuco estão no agreste e no sertão seco, árido, difícil, e que tem sido vencido através do estoicismo do povo pernambucano, do qual V. Ex<sup>a</sup> é um representante e um símbolo.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. Passos Pôrto* — Ouvi o seu discurso denso, equilibrado, um discurso avaliado, pensado; e tenho ouvido os apartes dos eminentes Senadores a respeito desse velho debate que se arrasta ao longo do tempo, no Parlamento brasileiro: se o Nordeste realmente é esse grande problema nacional, ou se o Nordeste é inviável, se ele não dá resposta às iniciativas, aos investimentos e ao que tem feito o Governo e o povo brasileiro em favor daquela região. O que tenho dito, nobre Senador, aqui nesta Casa, e aproveito até o aparte do nobre Senador João Lobo para reprimir, é que não se pode comparar, por exemplo, a aplicação

em Itaipu, de quatorze bilhões de dólares, num investimento altamente rentável, de interesse nacional, com a aplicação que o DNOCS fez, ao longo desses tempos, de um bilhão de dólares somente. Porque eu penso que não é o maior volume de recursos que vai resolver o problema do Nordeste. Se assim o fosse de nada valeriam os recursos que foram canalizados para lá pelo povo brasileiro e, de início, divirjo de V. Ex<sup>a</sup>, quando V. Ex<sup>a</sup> diz que não há uma consciência nacional. Há uma consciência nacional e uma preocupação brasileira pela solução dos problemas do Nordeste. Eu nunca andei por este País, do Rio Grande do Sul até o Amazonas, que não ouvisse de cada homem público, líder político, líder empresarial a sua preocupação com a desgraça nordestina. O que eu tenho advogado, aqui, e tenho dito sempre, é que a aplicação na região, não por uma falta de decisão política, mas por uma herança cultural, é feita de maneira não rentável. É que nós, por natureza, gostamos das obras que se apresentam na orla marítima, pelas obras não-reprodutivas. É só investigar os orçamentos estaduais na região para verificar que quase todos eles aplicados são em obras que não têm sentido de combate à seca. A não ser V. Ex<sup>a</sup>, como Governador de Pernambuco, que se preocupou com a perenização dos rios intermitentes do seu Estado, a não ser iniciativas isoladas de alguns Governadores que, ao longo do tempo, fizeram obras de combate às secas, o que há na região, sempre, e o que eu tenho acompanhado ao longo desses anos, é uma posição, uma postura reivindicante, culpando sempre o Governo Federal, culpando sempre o DNOCS, culpando sempre os órgãos federais, pela não-aplicação de recursos na Região, porque quando esses chegam são aplicados em penitenciárias lindas, bonitas; são aplicados em palácios; são aplicados em obras de pavimentação de centros urbanos; são centros sociais urbanos, são obras, na Capital, bonitas; são prédios que realmente abrigam as repartições com um certo conforto. Mas a região do semi-árido só recebe recursos em período de emergência e ninguém se preocupa com ela. Está aí um exemplo sobre o qual tem se discutido e tem-se dito que os grandes reservatórios d'água da região, feitos sobretudo no Ceará e no Rio Grande do Norte, até hoje não tiveram mesmo a complementação das suas obras, que era fazer só a irrigação. Mesmo em Orós — aqui citado pelo Senador Virgílio Távora — só agora puseram uma válvula de distribuição de água com aproveitamento para fins de irrigação. Então, o que ocorre é o seguinte: nós na região não nos preparamos para melhor aplicação dos recursos. Não é que eles sejam desviados para o bolso dos aplicadores. Não. Não há indústria de seca, não. É porque a aplicação não corresponde ao projeto do Nordeste. Nós falamos muito; discutimos em Congressos; reclamamos a seca cíclica por cinco anos, etc. mas quando os recursos chegam lá; procure V. Ex<sup>a</sup> o número de perfuratrizes. Parece-me que agora aumentaram. Abriram um crédito especial para perfuratrizes para lençol subterrâneo. Que é das obras de aplicação em culturas na região do semi-árido? Sabe muito bem V. Ex<sup>a</sup> que uma das culturas mais resistentes é a do algodão. Nós temos o algodão seridó, que é o melhor algodão

de fibra longa do mundo e está se acabando. É uma cultura de região semi-árida. As culturas no semi-árido, sisal etc. estão desaparecendo, ou por motivos que não são da responsabilidade, vamos dizer, dos produtores, ou sobretudo por falta de uma consciência cultural — não diria nem política, mas cultural — de como os recursos têm que ser aplicados. É obra de infra-estrutura de fins reprodutivos, de combate à seca. Mas digo, também, nós já temos a tecnologia de combate às secas. Muito pior que combater as secas é combater o degelo. Nós não temos fatores climáticos adversos como têm os países nórdicos. Então, por que a região semi-árida não teve até hoje um plano definitivo? Avalie V. Ex<sup>a</sup> que o Diretor-Geral do DNOS, na última reunião da SUDENE, apresentou um projeto que me parece uma utopia viável, que é o desvio dos recursos hídricos do rio São Francisco para perenizar os rios. Dito isto em Plenário do Senado Federal, se levantaram vozes, primeiro, não acreditando, segundo, duvidando. E terceiro, já uma instituição da Bahia contestava. Vê V. Ex<sup>a</sup>, é hora em que temos de nos somar para criar uma consciência de que a irrigação é um instrumento básico de combate às secas, de que a irrigação não é uma solução técnica, nem uma solução econômica, mas é uma solução social. Os recursos de investimentos em irrigação têm que ser muito maiores que o seu rendimento agrícola ou pecuário. Mas para tudo isso há sempre a econometria, há sempre o desvio para projetos em que apareçam obras de rápida maturação, sem nenhum interesse definitivo para a solução do Nordeste. Esta é a minha posição, porque sou observador desde a época em que V. Ex<sup>a</sup> falou na COCENE, desde esses quatro itens que V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem, continuam os mesmos, continuam os mesmos projetos que os bispos do Nordeste apresentaram em 1959 ao então Presidente Juscelino Kubitschek e que foram objeto de programa na região. Eles continuam atuais. Por quê? Não foi por falta de recursos. Ao longo desses vinte e tantos anos foram mandados recursos para o Nordeste; agora, muito deles não foram aplicados no combate aos efeitos da seca. Era essa a minha opinião que gostaria de resumir, pedindo desculpas a V. Ex<sup>a</sup> por demorar tanto.

O SR. MARCO MACIEL — Não apoiado. Ouvi com muita satisfação as judiciosas considerações que V. Ex<sup>a</sup> vem de fazer sobre o problema nordestino, V. Ex<sup>a</sup> sobretudo que é um profundo conhecedor desta região e que representa um dos Estados mais significativos do Nordeste.

Nobre Senador Passos Pôrto, gostaria de dizer, inicialmente, que com relação ao problema dos recursos concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando diz que, realmente, até por força de uma herança cultural, não conseguimos dar talvez as respostas devidas aos recursos que são alocados. Isso não seria um problema especificamente regional, do Nordeste, mas, antes, seria um problema observado nacionalmente. Aliás, característica dos países não-desenvolvidos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Acho que, de toda sorte, os recursos que são alocados ao Nordeste ainda são insuficientes se comparados com as necessidades

mais urgentes do semi-árido, e de modo especial da sua população. Por esse aspecto fico com aquela opinião emitida agora pelo nobre Senador João Lobo quando disse, com muita propriedade, que por maior que tenha sido o esforço com relação ao Nordeste, ele é diminuto, quando nós comparamos com os investimentos feitos em outras porções do País.

Agora, concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando defende a perenização dos rios. Como V. Ex<sup>a</sup> fez questão de frisar, quando Governador do Estado executei um projeto ainda em desenvolvimento, pelo Governador Roberto Magalhães, chamado Projeto Asa Branca, o qual se volta basicamente para a perenização dos rios temporários do meu Estado. Iniciei e se encontra, igualmente em execução o desvio, através da construção de um canal artificial, de água do rio São Francisco. É um projeto obviamente mais modesto do que pretende realizar o Ministro Andreazza através do DNOS. Estou de acordo com ambos. O primeiro, por motivos óbvios: foi durante o meu período como Governador que estas obras foram iniciadas. E com relação ao segundo, este maior, também o subscrevo integralmente, porque nele não há uma solução utópica, mas bastante concreta, precisa, para ampliar a oferta de água no semi-árido e transformar aquela região numa região produtora e produtiva. Não sou daqueles que pensam e entendem ser o Nordeste uma região problema. Antes se trata de uma região de desafio, desde que se lhe dê os instrumentos, os meios, o Nordeste, e de modo especial o semi-árido poderá converter-se numa região a gerar não somente produtos agrícolas, não somente produtos primários alimentares, mas fibras oleaginosas, e tantos outros produtos que poderão concorrer para a riqueza nacional e até para elevar o nosso superávit da balança comercial.

Agora, com relação a um outro item do aparte com que V. Ex<sup>a</sup> me honrou, eu gostaria de fazer um observação preliminar: quando eu disse que parece não haver ainda uma consciência nacional, com relação ao problema do Nordeste, não é que eu não veja nos brasileiros uma preocupação para com os problemas da região. Ali, acolá, em minhas andanças, eu também observo constantemente indagações sobre a sorte do Nordeste e sobretudo sobre o cíclico fenômeno das secas que faz com que uma população tão telúrica, quanto é a do semi-árido freqüentemente tenha que buscar outras plagas, buscar outros sítios, em busca de suas próprias sobrevivências.

Não. Não digo que não haja em todo o País um conhecimento dos problemas nordestinos, e de modo especial do fenômeno das secas. Acho que falta é uma consciência nítida, precisa, de como solucionar o problema nordestino. Que tipos de esforços o Governo e a sociedade brasileira devem fazer, que esforços devemos fazer para que o Nordeste, afinal, possa crescer a taxas mais altas e assim — quem sabe? — contribuir mais significativamente para a própria formação da riqueza nacional. E é isso que ali, acolá, eu não encontro muito preciso no País, e até mesmo nas chamadas elites dirigentes, com freqüência

vejo equívocos, alguns graves, a respeito da problemática nordestina, e, sobretudo, com relação à forma de solucionar muitos de seus agudos e tão persistentes problemas.

*O Sr. João Lobo* — V. Exª permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — O Senador José Lins tem o aparte, depois te-rei satisfação em ouvir V. Exª.

*O Sr. José Lins* — O discurso de V. Exª é mais do que oportuno. Homem profundamente afeito ao estudo dos problemas da nossa região, V. Exª sobre-põe a esse conhecimento a dedicação que a ela tem dedicado. V. Exª fez uma pergunta muito séria. V. Exª afirmou que o problema do Nordeste já é conheci-do. E o é. Não há nenhum técnico hoje que se tenha dedicado à análise da nossa problemática, que não tenha, dela, essa mesma compreensão. Em 1909, Arroja-do Lisboa, tendo sido escolhido Diretor-Geral do Departamento de Obras Contra as Secas, naquele tempo “Inspetoria de Obras contra as Secas”, procu-rou dar o melhor de sua dedicação à questão nordestina. Após algum tempo, porém, pediu demissão ao Presidente da República e foi para a Europa buscar luzes para melhor entender o problema, passou 4 anos na Sorbonne. Viajou de- pois por vários países para analisar soluções em áreas semelhantes. Voltou em 1920 e foi novamente convidado para Diretor-Geral da IOCS. A partir de en- tão, trouxe para o Nordeste uma plêiade de técnicos de grande capacidade, to- dos vindos da Europa e dos Estados Unidos. Esses homens estudaram a geolo- gia, a hidrologia, a flora e a fauna regionais, levantaram dados meteorológicos e traçaram um plano que poder-se-ia, hoje, certamente chamar de Plano de De- senvolvimento do Nordeste. Não foi um plano somente de açudagem. Foi um plano de ação geral. Dele resultou uma rede de açudes e poços, de estradas, de escolas; resultou em suma, toda uma ampla gama de medidas. Uma das causas pelas quais o problema da região não foi ainda resolvido, nobre Senador — V. Exª o identifica na falta de recurso e está muito certo — mas, o culpado maior, salvo durante a primeira fase de instalação do velho Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, têm sido os nossos irmãos os nordestinos. Ao meu ver, nem o Governo Federal e nem os sulistas. É que não temos tido convicção do que queremos. Celso Furtado, nordestino, paraibano, quando assumiu a SU- DENE, alijou e aviltou de tal modo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o órgão que mais fez até hoje pela região, que quase acabou com ele. Isso tem dado vez à continuidade da obra, desde o início, desejada, com o plano inicial da IOCS. Essa falta de consenso, talvez, seja a pior dessas causas, nobre Senador. Quando as boas idéias são mal postas em prática, acabam por ser des- moralizadas. Houve, aliás, uma época em que se dizia que a “tal solução hidráu- lica” era errada. Com essa idéia louca condenaram até as obras de açudagem e, hoje, estamos vendo que o Nordeste não tem infra-estrutura hídrica nem de água para beber. A seca aí está com centenas de cidades com as suas populações

bebendo água de caminhões-pipa. Pois bem, ao meu ver, nobre Senador, o de que precisamos é de unidade de pensamento. Se nos juntarmos, se pensarmos coerentemente, decerto poderemos conseguir força política para resolver os nossos problemas. Mas, se ficarmos aí discutindo se a irrigação deve ser pública ou privada — toda irrigação é boa e necessária —, nada iremos conseguir: V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns por levantar esta questão, fundamental para nós. O Nordeste escutará a sua fala, batendo palmas.

O SR. MARCO MACIEL — Caro líder Senador José Lins, quero dizer que recolho com muita alegria a contribuição que V. Ex<sup>a</sup> traz ao meu discurso. Com efeito, concordo também que, a nível regional nordestino, precisamos melhor definir o nosso ideário, com relação de modo especial ao chamado semi-árido, que é a região que compreende mais de 55% do território nordestino.

Em recente palestra que proferi em seu Estado, o Ceará, atendendo a um convite da Universidade Edson Queiroz, UNIFOR, tive ocasião de tecer considerações próximas das que V. Ex<sup>a</sup> oportunamente oferece a esta Casa. Eu também concordo que muito do nosso problema decorre de uma falta de consciência local e, sobretudo, de uma união nossa, com relação a que pontos maiores nucleares deviam ser atacados.

Concordo, também, que ao longo do tempo não se tenha observado, infelizmente, uma continuidade na execução desses programas. E é mister que, agora, nós todos conscientes da problemática nordestina, e vivendo, como estamos ultrapassando agora o momento crítico, nos debruçemos sobre esta realidade. E, façamos o mais consistente esforço no sentido de definir também, de nossa parte, de forma mais clara, mais precisa, o que o Nordeste precisa e o que o Nordeste quer.

Concordo, portanto, com V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. José Lins* — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> mais um minuto?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

*O Sr. José Lins* — Há pouco tempo, o PDS designou uma comissão para sugerir um complemento do seu programa político, definindo a política do Partido, para o Nordeste. Foram designados 19 parlamentares de todos os Estados do Nordeste, e para minha honra, fui convidado para presidi-las. Quando reuni a comissão, nobre Senador, para cumprir o seu objetivo o que avultou, o que aflorou foram simplesmente os problemas imediatos. Quer dizer, de tal modo apareceram as questões de sentido imediatista, que quase perdemos a visão de conjunto. Fomos obrigados, porém, a fazer uma dicotomia na Comissão: trabalhar tentando resolver os problemas momentâneos, ao mesmo tempo no programa de partido. E disso — digo pela primeira vez, digo aqui no Senado — resultou, uma das coisas boas que aconteceram há pouco, que foi a consolidação das dívidas, dos agricultores que vêm sofrendo dificuldades, devido à seca, há

alguns anos. Resultou, também, a suspensão do aumento dos juros, e a volta ao velho sistema da açudagem em cooperação. O Presidente Figueiredo aprovou a volta à cooperação. Com uma característica muito interessante, que eu vinha defendendo há muito tempo: não cooperação para fazer apenas açudes — porque aí estão açudes de água, o sol bebendo, sem molhar a terra — mas cooperação para açudagem e irrigação. E, o que se fez de um modo interessante, Senador Marco Maciel — essa é uma notícia muito importante que o Nordeste deve recolher com muita satisfação —, é que os créditos para açudagem e irrigação será concedidos. Logo que as obras forem feitas haverá uma vistoria e, nesta hora, o Governo dispensa 50% do valor emprestado. É a volta ao velho prêmio de 50% da execução das obras, de um modo mais feliz, primeiro porque evita que os recursos sejam desviados e, segundo, porque não se referira somente à açudagem, mas à açudagem ligada à irrigação.

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço o aparte com que me honrou V. Ex<sup>a</sup> e, de modo especial, à contribuição que trouxe ao meu discurso, ao dar notícias de providências de Comissão instalada, a nível de PDS, para examinar a problemática regional nordestina.

Ouçó, mais uma vez com prazer, o Senador João Lobo.

*O Sr. João Lobo* — Senador Marco Maciel, eu agradeço e prometo não interromper mais o brilhante discurso de V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MARCO MACIEL — Não apoiado.

*O Sr. João Lobo* — Eu queria só dois reparos. Acho, realmente, que nós nordestinos não temos muita solidariedade, não temos uma consciência local. Porque senão nós já teríamos usado esse conhecido processo do **lobby**, de fazer pressões sobre o Governo. Eu não concordo, Senador Marco Maciel, não tenhamos tido recursos, recursos não faltaram para o Nordeste.

O SR. MARCO MACIEL — Estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. João Lobo* — Acho que isso é um absurdo. O que faltou para o Nordeste foram exatamente recursos. Os órgão nordestinos, a SUDENE, o DNOCS, sabem exatamente o que precisa ser feito, sabem como deve ser feito. O que nós não temos são recursos, é que falta um fluxo contínuo de recursos para fazer-se cumprir o cronograma de aplicação. Todo dinheiro, toda assistência nordestina é espasmódica, é interrompida, vai nos piques da seca, depois suspende-se, as medidas são cumpridas pela metade. Por isso é que o Nordeste continua sendo uma exceção dentro do território nacional. Discordo do meu ilustre colega Senador Passos Pôrto. Acho que no Nordeste não há dispersão de

recursos, nunca foram desperdiçados recursos, a não ser o que normalmente acontece em toda obra pública, o que acontece é que o Nordeste não tem tido continuidade de recurso, e nem recursos em quantidade suficiente para resolver os seus problemas. Setenta e três anos de recursos não podem ser superados por 10% das aplicações numa hidrelétrica que vai deixar quase a metade do seu potencial ocioso. Não me conformo com esse tipo de enfoque que se dá para toda uma região. Não quero minimizar o que representa Itaipu, a grande obra binacional, sei que ela é uma obra importante, mas podia ter esperado mais um pouco, enquanto nós resolvíamos o agudo, o crucial problema nordestino. Se esses recursos de Itaipu tivessem sido aplicados prioritariamente no Nordeste, nós não teríamos mais essa divisão, esse tratamento de exceção para uma região que sofre desde a sua origem. Então, Senador Marco Maciel, concordo com o Senador José Lins, nem poderia deixar de fazê-lo, o Senador José Lins é uma autoridade em Nordeste, foi superintendente da SUDENE, foi diretor do DNOCS, então, é um dos homens mais abalizados para falar dessa região — mas eu acho que a intermitência dos recursos, a pequenez dos recursos, o enfoque, as decisões políticas sobre o Nordeste nunca foram tomadas. Não é possível que uma região-problema, que detém 30% da população mais miserável do Brasil, continue a ter apenas 10% dos recursos deste País para a solução de seus problemas. Eu não posso me conformar com isso e acho que, realmente, se nós não temos consciência, se nós não temos solidariedade, é exatamente por isso, porque nunca usamos o mecanismo da pressão para que esses recursos fossem carreados para a região nordestina. Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do aparte.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador João Lobo, eu acolho mais uma vez, com satisfação, a intervenção de V. Ex<sup>a</sup> e devo dizer que concordo com as suas observações. E, como já tive oportunidade de afirmar anteriormente, quando respondi a uma manifestação do Senador Passos Pôrto, eu quero dizer que de fato os recursos para a região ainda são insuficientes, sobretudo para fazer face aos seus problemas mais críticos, mais agudos, como acertadamente salienta V. Ex<sup>a</sup> Mas quero também confessar que é possível que eventual e esporadicamente não ocorra a melhor alocação dos recursos destinados para a região, e nisso eu também quero dizer que em parte eu também subscrevo a manifestação do Senador Passos Pôrto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dizia eu que, dentre as providências que deveriam ser adotadas para a região, além das anteriormente referidas, estão as seguintes:

Estimular o florescimento de agroindústrias, ensejando maior agregação de valor e demanda estável para os produtos agropecuários, sem contar que eles são capazes de gerar grandemente novos e significativos empregos.

Fomentar o reflorestamento, conferindo-se ênfase ao plantio de essências nativas de comprovada rentabilidade econômica.

Adotar política de inspiração eminentemente social, traduzida na melhoria, entre outros, dos serviços de abastecimento d'água, saneamento, saúde, educação e habitação.

Para a consecução de tais objetivos é fundamental, além das medidas propostas, que se aperfeiçoe a gestão e se elevem as dotações financeiras dos programas especiais, mormente daqueles que, como o Projeto Sertanejo, o programa de recursos hídricos e partes do POLONORDESTE, voltam-se mais especificamente para a atuação do semi-árido.

A esse respeito, aliás, é digno de nota recente depoimento do Dr. Camillo Calazans de Magalhães, presidente do BNB, quando anteontem disse, numa CPI aqui no Senado:

“Considero fundamental a continuidade dos programas atuais, com orientação estatal, para resolver os problemas sócio-econômicos do Nordeste, desde que haja as devidas correções de rumo (...).”

### **AÇÃO POLÍTICA**

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é bem de ver que esse conjunto de providências, sendo pouco oneroso, se comparado a outros programas em desenvolvimento no País, pode emprestar valiosa contribuição à superação das dificuldades atuais de toda a Nação brasileira, porquanto capaz de propiciar expressiva elevação do emprego de mão-de-obra e aumento da produção de alimentos.

A propósito convém lembrar, como o fez, em março deste ano, numa reunião da SUDENE, o Ministro Mário Andreazza, que tanto tem-se preocupado — faço questão de salientar — com a problemática nordestina:

“O Desenvolvimento do Nordeste interessa ao Brasil. Significa a ampliação do Espaço Econômico Nacional, a melhor utilização de forças produtivas, a intensificação das relações inter-regionais de comércio, a redução dos fluxos migratórios enquanto transferência de pobreza. São amplos os efeitos dinamizadores que se transmitem inter-regionalmente, em benefício mútuo.”

Convém lembrar, de igual forma, pungente depoimento do presidente Epitácio Pessoa, ao dirigir-se às classes produtoras de São Paulo, em discurso inserido nos anais deste Senado, e proferido em agosto de 1921:

“Contra a solução desse problema só protestam os que, no industrialismo da sua imprensa, estão habituados a sacrificar os mais elevados interesses nacionais ao sentimento pequenino, ao capricho mesquinho de fazer picuinhas ao Governo. Contra a solução desse

problema só reclamam os que, destituídos inteiramente de espírito público, não têm nem procuram ter a menor noção da natureza desses trabalhos. Contra a solução desse problema só se rebelam os que nunca viram a seca na sua obra hedionda de devastação e de extermínio.

Ide os que combatem e malsinam o Governo Federal; penetrai naquela fornalha ardente; lançai as vistas sobre aqueles campos calcinados, onde as plantações desapareceram de todo, onde a vegetação feneceu e mirrou, e os bebedouros se ressequiram, sob a centelha comburente do sol impiedoso; ide e percorrei aqueles chapadões interminosos, onde o silêncio apavorante das quebradas é apenas interrompido, de longe em longe, pelo mugido desesperado do gado sequioso e faminto; ide, segui agora as estradas, e vede aqui as ossadas daqueles que não puderam fugir mais longe ao horróroso flagelo e tombaram, inanidos e moribundos, para servirem de pasto, ainda com vida, à voracidade das feras e das aves de presa; ide e vede mais longe os que acabam de cair, alucinados e arquejantes, e, olhos cravados na abóbada candente, numa última prece de compaixão e piedade, ou talvez numa derradeira imprecação de desespero e de insânia, aguardam, aniquilados e vencidos, o suplício dantesco dos que os precederam; ide e vede, por fim, a fileira infinita dos que ainda podem arrastar-se andrajosos e esquálidos, a face descomposta, o olhar desvairado, sem forças mais para carregarem os pequeninos, sem gota de leite para lhes calar o choro triste, enfraquecido e compungente, com o estômago torturado a contorcer-se na agonia da fome com a garganta em fogo a queimar-se no desespero da sede, com a alma despedaçada e o coração confrangido de luto, de desolação e de dor; ide e dizei-me, depois, se eu estou ou se eu não estou redimindo um crime da Nação.

O Brasil inteiro há de, por força, associar-se ao orador, e, quando não seja ao orador, a quem quer que o venha substituir, na obra de reparação dessa injustiça revoltante.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o conjunto de providências indicado não tem a pretensão de esgotar a matéria. Estudos vários — e cito, entre outros, os que com percuciência foram efetuados pela Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (COCENE), instituída, em 1971, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) — indicam mais pormenorizadas medidas capazes de promover desenvolvimento harmônico e integrado do semi-árido. E nem tampouco implica em que se deva negligenciar medidas outras, voltadas para o desenvolvimento de toda a região nordestina.

Porque, como se sabe, Sr. Presidente e Srs. Senadores, existem muitos nordestes.

Ensina Gilberto Freyre que “esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco é apenas um lado do Nordeste”. Por que há outros, como aquele “(...) da terra gorda e ar oleoso (...)” — o Nordeste da cana-de-açúcar. Das casas-grandes e engenhos.

E igualmente nesse Nordeste — acrescento às sábias lições do mestre Gilberto — a pobreza está presente a exigir nosso cuidado, mercê de uma estrutura econômica especialmente vulnerável às crises típicas de país em desenvolvimento.

E há também o nordeste urbano, das grandes cidades. Cidades em realidade inchadas por decorrência de intensas migrações e exagerado crescimento vegetativo. Cidades que abrigam nos denominados assentamentos subnormais parcelas expressivas das suas populações em precárias condições de vida.

Todos esses nordestes — do semi-árido, da mata litorânea, das grandes cidades — estão a requerer soluções próprias e, ao mesmo tempo, integradas; estão a reclamar robustecimento de ação política para a defesa de processo harmônico de desenvolvimento nacional.

Muito obrigado (Muito bem! Palmas.)



# **DISCURSO**

*(Proferido no Senado Federal em 2 de setembro de 1983).*



## UM CASO DE REDUNDÂNCIA

Considero fundamental que esta Casa analise, hoje, um caso de redundância. Não um simples caso representado por excesso gramatical, ou mera superfluição de palavras, mas questão que extrapola as definições de nossos filólogos e vê-se retratada pelo drama secular que martiriza, agora, diretamente, mais de 24 milhões de nordestinos em 1.126 municípios. Repetida por mais de quatrocentos anos, desde que Fernão Cardim documentou, em seu diário, “Uma grande seca e esterilidade na província”, ao percorrer os caminhos que unem o sertão da Bahia a Pernambuco, a expressão “Seca do Nordeste” soa lamentavelmente, nos dias atuais, como uma redundância, tão associadas tornaram-se as duas palavras com o agravamento do problema da região, já no quinto ano consecutivo de grande estiagem.

Fala-se em seca e qualquer brasileiro reporta, imediatamente, a imagem do Nordeste ou vice-versa. Paradoxalmente esta associação traz em si grave risco: ao invés de soar como alarme a despertar consciências para a urgência de soluções definitivas do problema, pode transformar-se em fator de acomodação, tal a repetição da tragédia e da frase.

Claro está que não se pode culpar só a seca pelas diferenças de renda e riqueza existentes entre o Nordeste e outras regiões do País. É igualmente certo que parte da solução do problema, em seu sentido estrito, há de ser encontrada em setores que não o diretamente atingido — a agropecuária — e em áreas nordestinas fora do polígono das secas.

Mas, é inegável, Sr. Presidente, a persistência das desigualdades que se deve, em larga medida, ao insatisfatório desempenho da sua agropecuária. Porque as atividades urbanas, no seu conjunto, apesar de vulneráveis às crises típicas de país em desenvolvimento, apresentaram, nos últimos 20 anos, resultados superiores aos alcançados pelo Brasil. E até mesmo dificuldades localizadas — como as da agroindústria canavieira e da indústria têxtil — têm também suas origens mais remotas no campo, na produção da matéria-prima. As crises periódicas de produção, decorrentes da seca e a baixa produtividade no semi-árido, mesmo fora dos períodos de estiagem, são principais responsáveis por tal desempenho.

É por isso que considero fundamental esta análise. Para que dela possa brotar uma ação política decisiva, que viabilize o encontro de soluções próprias para a região, antes que esta redundância incorpore-se definitivamente à consciência nacional, qual imagem estereotipada de cartão-postal às avessas, onde fome, seca e pobreza confundem-se irreversivelmente com os atrativos da região. É fundamental, hoje, que se mobilize a Nação para uma tomada definitiva de posição, em face ao drama mostrado diariamente nos meios de comunicação, onde crianças e velhos expõem répteis como ingredientes de sua dieta alimentar. Onde as estatísticas revelam índices alarmantes de mortalidade infantil; onde, entre mil crianças, 250 morrem antes de completar um ano. Drama enfim que se traduz em desemprego, êxodo, doenças carenciais, desespero, morte.

O momento é decisivo, e os fatos demonstram que não se pode esperar um instante mais para que se proceda imediata mobilização nacional em torno da questão nordestina. Este deve ser, acredito, o anseio de toda a sociedade brasileira, que já demonstrou sensibilidade suficiente para acudir, em diferentes oportunidades, com presteza e solidariedade, vítimas de intempéries em outras regiões do País, em movimentos caracterizados por generosidade e urgência. Não há como duvidar, agora, de que a Nação venha a comover-se, indignar-se ante a dramaticidade da miséria que se arrasta, há longos anos, entre os irmãos nordestinos.

Este é, principalmente, o anseio da população nordestina, castigada pelos efeitos não só das secas como de medidas paliativas, inadequadas, que vêm sendo adotadas através dos anos, desde a remota e infrutífera promessa do Imperador D. Pedro II, durante a grande seca de 1877 a 1879, de que nenhum nordestino morreria de fome ou sede; a histórica promessa de aliviar com as jóias da coroa a ausência das chuvas não conseguiu impedir que, na época, mais de 500 mil brasileiros morressem de sede ou inanição, da mesma forma que a série de medidas adotadas pelos governos que sucederam o imperador tem-se mostrado comprovadamente incapaz de dar adequadas condições de vida e bem-estar social ao homem da região, e de equipará-la aos níveis de desenvolvimento econômico e social das demais regiões do País.

É imprescindível, porém, que se evitem ações puramente emocionais, destituídas de organicidade capaz de provocar efeitos duradouros, senão definitivos.

Porque hoje, apesar dos inegáveis avanços representados pela implementação de programas destinados a dar ao problema uma solução permanente, e do reconhecido empenho com que o Presidente João Figueiredo vem-se dedicando à procura de soluções para a região, ainda parece longínqua a propalada meta de equiparar o desenvolvimento da região ao do restante do País. E, à medida em que o fenômeno se expande — ampliando-se, como ocorreu nos últimos anos, sobre mais de 450 mil quilômetros quadrados além da área oficial do

polígono das secas, abrangendo área total superior a 1 milhão e 400 mil quilômetros quadrados—, cresce também, junto a diversas camadas de população, a convicção de que às promessas não tem correspondido necessário retorno das decisões e alocações de recursos.

### VIABILIDADE DO SEMI-ÁRIDO

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não obstante a extensão dos seus problemas a região possui — e demonstram-no estudos e pesquisas que vêm sendo efetuados pela SUDENE, Banco do Nordeste, DNOCS, CHESF, RADAM-BRASIL, EMBRAPA, Universidades, órgãos vinculados aos governos estaduais da área e outras entidades especializadas — incontestável capacidade de produção e viabilidade econômica; adotada, com decisão, uma política adequada, o semi-árido transformar-se-á em região de crescente produtividade, proporcionando bem-estar social a sua população e evitando ocorrência de grandes fluxos migratórios, inclusive para as já inchadas metrópoles regionais.

Pesquisas registram a existência de numerosas espécies vegetais capazes de resistir às secas, mantendo-se verdes durante os períodos de estiagem, garantindo a produção de alimentos e devolvendo nutrientes ao solo. No campo da pecuária, os resultados dos estudos realizados na região não têm sido menos animadores: com tecnologia própria, local, dispensando-se totalmente soluções alienígenas, pode-se obter exploração racional e o seu conseqüente desenvolvimento.

E, o que é o mais importante, riquezas e potencial a região semi-árida possui o suficiente para assegurar o seu próprio desenvolvimento. Até mesmo o velho tabu da inexistência de água já foi derrubado pelos resultados de pesquisas, que revelam um Nordeste rico em água, solos férteis e recursos minerais. Só no polígono das secas aproximadamente 700 bilhões de metros cúbicos precipitam-se anualmente: e de acordo com estudos do Projeto RADAM-BRASIL, metade do Nordeste, pelo menos, revela boa aptidão agrícola, o que representa 17 milhões e meio de hectares utilizáveis na lavoura, dos quais 2,4 milhões de hectares favoráveis à agricultura intensiva.

Outros dados surpreendentes revelados pelo RADAM-BRASIL, através de mapa metalogenético previsional, mostram que as áreas potenciais e possíveis de ocorrências minerais cobrem 44% do Nordeste, ao contrário das disponibilidades atuais, que acusam um conhecimento de apenas 7%. Ocorrências, frise-se, que se verificam em praticamente todos os estados da região.

Mas não apenas pesquisas e estudos técnicos dizem-nos da viabilidade do semi-árido e indicam-nos caminhos a trilhar. Quem se der ao trabalho de ouvir o povo nordestino, indagar, saber o que seria necessário para proporcionar-lhe condições dignas de vida e eliminar, de vez, o fantasma da injustiça e da desigualdade social a que se expõe; quem se dispuser a buscar na própria sabedoria

nordestina, na acuidade dos homens do campo, castigados pela estiagem as soluções para os seus problemas vai perceber, tanto quanto através dos estudos, que primeiro é preciso estocar água, para abastecer adequadamente a população e manter a produção agropecuária; para isso a perenização de rios, a açudagem e a perfuração de poços nas áreas de rochas sedimentares — que ocupam perto de 50% do polígono das secas — têm-se revelado alternativas viáveis e eficazes; vai também aprender que é indispensável assegurar à região infraestrutura básica, em particular estradas e eletrificação rural; estimular a grande irrigação nos vazios demográficos e a média e pequena irrigação nas áreas densamente povoadas; intensificar a denominada agricultura de “sequeiro” nas áreas não irrigáveis, bem como pecuária adaptada às condições do meio; empreender regularização fundiária, pesquisa e extensão rural; prestar assistência técnica; conceder crédito e assegurar preços compensadores aos produtos exatamente na mesma proporção e intensidade em que se o realiza nas demais regiões do País. E, paralelamente, garantir-lhe serviços de saúde e educação.

Com todos esses estudos e descobertas, revela-se inteiramente falsa a eterna concepção de pobreza da região. As riquezas potenciais do Nordeste são conhecidas, como conhecidas são as alternativas de viabilizar-lhes aproveitamento.

Foi, aliás, com essa convicção que, quando tive a honra de governar o Estado de Pernambuco, procurei dedicar grande parte das energias e limitados recursos financeiros do Governo à implantação do Projeto Asa Branca, voltado precipuamente para a consecução de tais objetivos; os resultados alcançados foram alentadores; e se mais não foi obtido, isso deve-se tão-somente à exigüidade de tempo e, sobretudo, às carências financeiras que persistiram, a despeito do inegável apoio do Ministério do Interior, através da SUDENE e DNOCS.

### O QUE FALTA

Se há potencial e riqueza em abundância, se as alternativas são conhecidas — que falta, então, para equacionar soluções definitivas e concretizar a re-denção prometida desde os tempos do Império? Que falta, Sr. Presidente, Srs. Senadores? — permitam que repita a pergunta, e a estenda à sociedade brasileira, que hoje queda, tenha certeza, estarrecida ante a enormidade do sofrimento que vítima neste momento, diretamente, 24 milhões de pessoas.

*O Sr. João Lobo* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>, meu caro Senador João Lobo.

*O Sr. João Lobo* — Nobre Senador Marco Maciel, acompanhei o início do discurso de V. Ex<sup>a</sup> lá do meu gabinete e estou agora seguindo-o atentamente, deste plenário. Quero, apenas, interrompê-lo por um breve espaço de tempo,

porque o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, além de bem pensado, bem substancial, talvez vá contribuir, também, em muito, para despertar a consciência da política nacional. V. Ex<sup>a</sup> interroga o que falta para que sejam resolvidos, de uma vez por todas, os problemas do semi-árido nordestino. V. Ex<sup>a</sup> quando era governador teve ocasião de dimensionar bem esses problemas — acho que não há mais nenhuma dificuldade técnica na solução desse problema. Se tivéssemos o fluxo necessário dos recursos, o Nordeste não estaria mais sofrendo essas agruras. Veja V. Ex<sup>a</sup> como acontecem as coisas atualmente, e serei breve para não interromper o seu discurso. Os jornais noticiaram — e já falei sobre este assunto — que o Brasil vai importar arroz do Uruguai, no valor aproximado de 100 milhões de dólares. Ora, Senador Marco Maciel, 100 milhões de dólares, transformados em cruzeiros, seriam aproximadamente 70 bilhões de cruzeiros. Esta cifra de 70 bilhões de cruzeiros, que deveria pagar, que vai pagar o arroz importado do Uruguai, era exatamente o custo do programa PROVÁRZEA que o Piauí tenta implantar; programa produtor especialmente de arroz, em regiões prioritárias, onde a irrigação é fácil de ser feita. Então, 70 bilhões de cruzeiros seriam necessários para a realização desse programa. Mas o governo, respondendo, até com certa impertinência, às insistências do Governo do Estado do Piauí, disse que era ocioso tentar comovê-lo e fazer novos pedidos nesse sentido, porque o programa do PROVÁRZEA já está totalmente desativado para o Piauí. Então, as coisas acontecem, exatamente, com essa falta de bom senso que tem presidido a vida e a atuação do Governo Federal em relação ao Nordeste. A quantia que vai pagar o arroz importado do Uruguai daria para a realização do programa. Mas o Governo não quer nem escutar as nossas reivindicações para este programa do PROVÁRZEA, que é vital para a produção de arroz daquela região. Era este o aparte que queria dar ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Senador João Lobo, ouvi com muito interesse a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>. E, tentando sintetizar aquilo que V. Ex<sup>a</sup> expressou em seu aparte, diria que V. Ex<sup>a</sup> reclama, justamente, uma decisão política, que torne possível viabilizar a execução de programas já existentes. E com esse ponto de vista de V. Ex<sup>a</sup> concordo integralmente.

Com efeito, planos nós já os temos, em abundância, não somente produto de estudos feitos pelo Governo Federal, mas também pelo Legislativo, inclusive o Congresso Nacional, e por diferentes instituições de governos estaduais e entidades privadas. O que falta, em síntese, para que se transforme a paisagem econômico-social do Nordeste é uma decisão política, que torne viável a execução desses programas; e que lhes dê a necessária continuidade, para que esses programas possam produzir os resultados que toda a sociedade, e de modo especial a comunidade nordestina, deles espera.

*O Sr. Virgílio Távora* — Eminente Senador, permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não. Ouço V. Ex<sup>a</sup>, eminente Líder Senador Virgílio Távora.

*O Sr. Virgílio Távora* — Estávamos ouvindo V. Ex<sup>a</sup>, não com a atenção merecida, porque tivemos que nos retirar ligeiramente do plenário, mas, nos minutos que aqui permanecemos, com ela duplicada, para fazer como que uma compensação do tempo ausente. E gostaríamos de, não felicitar V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que faz, porque isso é despiciendo, absolutamente ocioso, já que V. Ex<sup>a</sup> sempre se caracterizou no Nordeste como um dos seus defensores maiores. Mas aproveitamos esta ocasião, eminente Senador: nós fomos Governadores à mesma época, que tantos anos já trilhamos, pela vida pública, em caminhos paralelos. Podemos nos recordar dos esforços já feitos a respeito. E permita-nos uma achega ao seu discurso. Dias atrás, aliás na nossa Capital, em uma mesa-redonda na TV — se não nos enganamos Bandeirantes — discutíamos bastante sobre o que faltava ao Nordeste. E, lamentavelmente, vimos pessoas da mais alta expressão ainda virem com aquelas idéias, diremos, com aqueles enunciados que nós já estamos quase que de cabelos brancos de tanto ouvir; quando o problema fundamental para este Nordeste — explicamos bem — feita a primeira diferenciação daquele somatório de áreas com características tão diferentes e aspirações tão outras que constituem o nosso Nordeste legal, o problema fundamental é — repetimos — termos uma conscientização da sociedade brasileira para as necessidades deste Nordeste, para que essa verdade irretorquível deva estar no espírito de todas as pessoas, isto é, que nós precisamos fazer aplicações em massa de investimentos no Nordeste, proporcionalmente à população que possuímos referida a total do País, ou seja, 30% dos totais. Não adianta termos um Presidente da República que se comprometa com o Nordeste, se atrás de si ele não tiver a conscientização de toda a sociedade. Ninguém foi mais comprometido no Nordeste do que Epitácio Pessoa. Aquela campanha, tanto de recursos para lá enviados, como de apelo à sociedade, se perdeu logo em seguida, talvez pela falta de meios de comunicação que massificassem a idéia, com a desastrosa parada de todas as obras, logo que se lhe seguiu a administração Bernardes. Então, eminente Senador, V. Ex<sup>a</sup>, com o prestígio, com o valor que desfruta em todo Nordeste, se enfileire não nessa bandeira que é nossa, V. Ex<sup>a</sup> sabe que ela é de todos os governadores nordestinos, levante-a como paladino daquela região, Chefe de um Estado que justamente tem a designação de Leão do Nordeste, lute para que nós tenhamos uma racional aplicação dos recursos, e esse montante de recursos, esses programas todos que vão para o Nordeste, não de hoje, mas vivemos as críticas, em 1910, em 1912, e imagine que as críticas já eram as mesmas, já fazem 70 anos, quando rebuscamos as histórias da seca — Câmara Cascudo, de Vergniaud e de tantos outros — mas trazendo as críticas à aplicação de recursos desproporcionados às missões. Nós estamos tentando, nesse Nordeste semi-árido, uma agricultura extensiva sujeita à seca, eminente

Senador. E V. Ex<sup>a</sup> foi um dos que atacou com mais clarividência esse problema. Desde que o Nordeste recebeu os primeiros colonos portugueses que se afastaram da costa. E, no entanto, temos ou não temos a realidade de uma seca, de dez em dez anos, com maior ou menor intensidade? Há ou não o chamado repiquete de cinco em cinco anos? Como basear a agricultura no semi-árido na extensividade? Então: investimentos maciços na industrialização da orla marítima, dos principais centros urbanos, a irrigação privatizada, principalmente, que permita uma agropecuária, o apelo à mineração, o apelo ao turismo ao máximo, o apelo ao artesanato, a sua exploração. Só complementarmente seguido pela agropecuária extensiva, que é essa que não podemos fazer; que esses recursos que sejam dados ao Sertanejo, ao PROVÁRZEAS, ao POLONORDESTE, sejam proporcionais às missões que lhes são atribuídas. Estamos dando exemplos. Então, o que está nos faltando é uma consciência nacional; que o Governo, seja o General "Y", seja do Dr. "V", seja do Bacharel "H", qualquer um desses sintam-se premido pela sociedade brasileira para fazer aquele direcionamento de recursos maciços; fora disso, nós estaremos sempre chorando a nossa miséria nos tempos de tristeza, e esquecidos quase completamente do Poder Central e da sociedade brasileira, nos tempos de bonança. É o apelo que fazemos a V. Ex<sup>a</sup> Com o seu prestígio, com o seu valor, não deixe cair essa bandeira que, acreditamos, é a grande bandeira do Nordeste.

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Líder, Senador Virgílio Távora, o seu substancioso aparte dá bem uma demonstração do que é o Nordeste e, mais especialmente, de como são numerosas as suas opções de crescimento e de desenvolvimento. V. Ex<sup>a</sup>, acertadamente, salientou que talvez o que falta à Região seja a continuidade dos programas voltados para o seu desenvolvimento e, de modo especial, aqueles voltados para a superação do seu problema mais agudo, que é a seca, que se abate, ciclicamente e com intensidade, sobre mais de 50% do território nordestino. Este é, realmente, o grande ponto que parece não ter sido ainda devidamente olhado pela Nação e pelo Governo.

Enfim, a seca no Nordeste não é um acidente que ocorra sem frequência; pelo contrário, a seca no Nordeste, disse-o bem V. Ex<sup>a</sup>, é uma constante. Raro é o ano na região nordestina e, de modo especial, nos sertões e nos agrestes, em que há o que nós chamamos de inverno regular, ou seja, chuvas constantes que permitam o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

O que nós vimos, infelizmente, é que os anos de invernos regulares são a exceção. Ocorrem, às vezes, de dez em dez anos. Tudo isso, então, leva mais do que à necessidade, à imprescindibilidade de medidas permanentes, concretas, articuladas, para que se debele esse mal e se converta a região, que para isso não lhe faltam condições, em região produtora e produtiva.

V. Ex<sup>a</sup> lembrou as enormes vocações que o Nordeste tem nos mais diferentes campos, além da agricultura, da pecuária, no plano mineral, no plano industrial, no plano do turismo, e tantos e tantos outros.

*O Sr. João Lobo* — V. Ex<sup>a</sup> me permite mais um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouvirei V. Ex<sup>a</sup>, mas gostaria agora de acolher o depoimento do Senador Helvídio Nunes, que solicitou, anteriormente, o aparte.

*O Sr. Helvídio Nunes* — Eminente Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup>, com a sua inteligência e com a sua experiência, está produzindo, na tarde de hoje, um discurso que honra esta Casa e engrandece a nossa Região, o Nordeste.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. Helvídio Nunes* — V. Ex<sup>a</sup> não se dá ao trabalho apenas de criticar, mas também oferece as soluções. E depois de um elenco de medidas que V. Ex<sup>a</sup> propôs, às quais podem ser somadas as que foram lembradas pelo Senador Virgílio Távora, afirmou, com muita justiça, que falta para a solução do problema global do Nordeste, uma decisão política. De fato, eminente Senador, ainda há poucos dias o Vice-Governador do Estado de V. Ex<sup>a</sup> lembrava, com muita propriedade, que das dez maiores obras realizadas no País, não existe uma localizada no Nordeste. E, ontem, o **Jornal do Brasil** publicou notícia a respeito de uma palestra realizada em sessão de uma das Comissões da Câmara dos Deputados, pelo Dr. José Oswaldo Pontes, Diretor-Geral do DNOCS, quando ele lembrou que o Governo começou a gastar com a seca através da antiga Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, em 1909, quando aplicou 446 contos de réis nesse trabalho. Esses 446 contos de réis corrigidos, equivalem hoje a 97 milhões, 197 mil, 443 cruzeiros e 20 centavos. O certo é que, de 1909 a esta parte, o Governo, o Poder Público aplicou no Nordeste a quantia de 668 bilhões de cruzeiros. E o Sr. José Oswaldo Pontes lembra que 668 bilhões de cruzeiros não correspondem à décima parte do investimento total da Usina de Itaipu. Ora, eminente Senador, é preciso realmente, como lembrou o eminente Senador Virgílio Távora, criar uma consciência nacional, mas essa consciência precisa ser criada para mostrar a todos, e a cada um em particular, que o Nordeste — e V. Ex<sup>a</sup> sabe melhor do que ninguém — não é um problema regional, mas um problema da Nação. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MARCO MACIEL — Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Helvídio Nunes, o aparte com que me honrou e quero dizer que subscrevo integralmente as observações que V. Ex<sup>a</sup> vem de fazer.

Com efeito, o problema nordestino está a desafiar governos, há séculos, e, até hoje, não encontrou a necessária, a esperada resposta. Isso faz com que o fenômeno se repita com a mesma intensidade com que era observado há tempos.

*O Sr. Hélio Gueiros* — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, ouço V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. Hélio Gueiros* — Eminente Senador Marco Maciel, dispenso-me de ressaltar a seriedade e importância do tema que V. Ex<sup>a</sup> trata esta tarde, na tribuna, porque tem sido uma constante de V. Ex<sup>a</sup> só tratar de problemas do maior interesse e significação para o desenvolvimento econômico e social do País.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. Hélio Gueiros*— Quero interferir no seu discurso, antes mesmo de V. Ex<sup>a</sup> entrar na parte de solução, no que aliás já foi antecipado pelos nobres Senadores Virgílio Távora, Helvídio Nunes e outros mais, quando V. Ex<sup>a</sup> pergunta o que falta, então, para resolver o problema da seca do Nordeste, já que desde o tempo de D. Pedro se menciona a preocupação do Governo Federal em resolvê-lo. Eu me aventuro a dizer, eminente Senador Marco Maciel, sem qualquer conotação de ordem política e partidária, que talvez o problema não esteja naquela sabedoria invocada ontem pelo nobre Senador José Sarney, que talvez não seja mais adequada para os tempos trepidantes de hoje. S. Ex<sup>a</sup>, o nobre Senador José Sarney, declarou no final, como fecho de ouro do seu discurso, que “com grito não se afina rabeca”. Permito-me, eminente Senador Marco Maciel, dizer que talvez seja com grito que se afina a rabeca que precisa ser tocada no Nordeste. Acredito que o que está faltando não é só essa conscientização nacional, como proclamam aqui eminentes Senadores do Nordeste, mas também que o Nordeste tome uma iniciativa de exigir, de gritar, porque o que se está vendo, eminente Senador Marco Maciel, para a mágoa, lamentação e tortura dos brasileiros, é um conformismo, uma resignação impressionante do homem do Nordeste. Eu não estou pregando subversão, creia V. Ex<sup>a</sup>, mas é impressionante a maneira como a autoridade pergunta: “Por que a criançinha está chorando?” E a resposta: “Está com fome”. “Sim, está muito bem:” passa para outra: “Por que está chorando?” “Porque está com fome”. “Há quanto tempo você não come?” “Desde de manhã não como.” “Há quanto tempo não recebe?” “Trabalho há 35 dias e não recebo nada.” E fica tudo do mesmo jeito nobre Senador Marco Maciel. Acho que essa história de não gritar para afinar a rabeca deve ser substituída por uma outra sabedoria, até aquela que por causa de um berro não se perde um rebanho. Então, nobre Senador Marco Maciel, solidarizando-me inteiramente com o discurso sério e importante, que V. Ex<sup>a</sup> está proferindo, creio que há necessidade, também, de um gesto assim de indignação concreta

do Nordeste. E não estou sendo muito aéreo no meu conselho, quando verifico que o eminente Governador do Ceará, que se recusou a comparecer pessoalmente à última reunião da SUDENE, no dia seguinte era chamado a Brasília, e recebeu aqui, se não me engano, 9 ou 10 bilhões de cruzeiros. Então, eminente Senador Marco Maciel, mais uma vez, solidarizando-me com todo o teor do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, e achando que deve haver conscientização nacional, que deve haver decisão política, acho, também, que o Nordeste deve gritar, mas gritar, para se fazer ouvir pelo Planalto brasileiro.

**O SR. MARCO MACIEL** — Caro Senador Hélio Gueiros, eu ouvi a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do seu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e devo dizer que, desidratadas as considerações de ordem política, que V. Ex<sup>a</sup> fez inserir no seu aparte, eu concordo com o que diz V. Ex<sup>a</sup>, quando afirma a necessidade de o Nordeste, por intermédio de suas Lideranças, buscar, cada vez mais, chamar a atenção do País e do Governo da União para a gravidade do fenômeno que se abate ciclicamente sobre a região, gerando — o que é muito mais grave — seqüelas enormes no plano social, comprometendo parcelas significativas da sofrida população do Nordeste, provocando o êxodo, o desemprego, comprometendo gerações futuras, pelas carências alimentares de que padecem aqueles que nascem nas partes mais tórridas do Nordeste.

*O Sr. João Lobo* — Eminente Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** — Por tudo isso, eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, extraídas as considerações de ordem política, eivadas das críticas características de parlamentar opositor, adiro às observações de V. Ex<sup>a</sup> e ouço o nobre Senador João Lobo.

*O Sr. João Lobo* — Senador Marco Maciel, prometo não interromper mais o discurso de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARCO MACIEL** As interrupções de V. Ex<sup>a</sup> muito me honram.

*O Sr. João Lobo* — Mas, não podia deixar de fazer essa observação. No momento atual, no momento em que os nordestinos mais ilustres, como V. Ex<sup>a</sup>, como os Governadores do Nordeste, num momento de crise nacional para o Nordeste, numa figuração que está chamando a atenção de todo o Brasil, está fazendo com que a Imprensa dê um tratamento especial a esta calamidade que está se abatendo no Nordeste, neste momento agudo que está excitando, que está penalizando, toda a mentalidade nacional, os tecnocratas do Governo, os homens que estão trancados nos gabinetes refrigerados, continuam insensíveis para esses agudos problemas do semi-árido nordestino. Veja V. Ex<sup>a</sup>, neste momento, em que se quantifica o orçamento de 84, eu gostaria de citar certos dados para que V. Ex<sup>a</sup> veja o que está acontecendo; programas que são vitais para

a redenção daquela região do semi-árido estão sendo contemplados com as dotações para o ano de 84 e, veja V. Ex<sup>a</sup>, o PROTERRA terá um acréscimo de 95%; o Sertanejo de 100%; o PROHIDRO de 66%, e as pequenas irrigações, que são também, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, um projeto vital para as regiões secas do Nordeste, tiveram um acréscimo de 0% de 1983 para 1984. Ora, Senador Marco Maciel, quando temos uma inflação que possivelmente irá atingir a marca de 200%, vamos ter então uma diminuição real das dotações orçamentárias destes programas, e isto quantificado agora, votado agora, quando a crise nordestina está no seu ponto mais agudo, despertando mais e mais fortemente a consciência nacional. Quer dizer, perdemos até a esperança de poder sensibilizar o Governo ou os homens que traçam os planos deste Governo. E recebemos com muita esperança a fala e a participação de homens como V. Ex<sup>a</sup>, para que talvez se consiga criar uma conscientização nacional nesses homens que planejam para o Nordeste. Era o aparte que eu queria dar a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço, mais uma vez meu caro Senador João Lobo, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e a contribuição que traz ao meu discurso. De fato os dados que V. Ex<sup>a</sup> exhibe, relativos à proposta orçamentária de 1984, são inquietantes, porque estima-se, como lembrou acertadamente, que a inflação deste ano possa chegar ao patamar de 200%. E se as dotações dos programas da Região para 1984 ficarem aquém dos 100%, certamente esses programas de modo especial os para o semi-árido, sofrerão descontinuidade ou perda do seu ritmo, de sua velocidade. E isso somente contribuirá não apenas para agravar a dramaticidade do quadro nordestino como igualmente fazer com que se reduza a capacidade de geração de empregos e se amplie o êxodo para outras regiões do País, agravando assim a situação em outras partes do território nacional.

Por isso, em aproveitando os subsídios que traz o Senador João Lobo, de-sejo fazer um apelo, nesta ocasião, ao Governo Federal, no instante em que ele remete o orçamento ao Congresso Nacional, para que reexamine o valor dessas verbas e cogite ampliá-lo, até mesmo, para fazer com que isso sirva de contribuição à situação emergencial que atravessamos, provocada pela seca que com intensidade se abate, sobre, veja bem V. Ex<sup>a</sup>, 87% do território nordestino.

*O Sr. Virgílio Távora* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

*O Sr. Alberto Silva* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço logo o Líder Virgílio Távora e depois ouvirei V. Ex<sup>a</sup> Senador Alberto Silva.

*O Sr. Virgílio Távora* — Eminentíssimo Senador, veja V. Ex<sup>a</sup> a pertinência daquela tese para a qual solicitamos V. Ex<sup>a</sup> a bandeira tomar. É justamente a necessidade da conscientização da sociedade brasileira. Quando falamos na sociedade brasileira falamos justamente em todas as suas classes dirigentes, princi-

palmente aquelas que influência tenham na repartição desses recursos, aquelas outras que, embora não agindo diretamente nessas repartições como responsáveis pela soma maior de tributos aduzidos ao Tesouro Nacional, devem dar, pelo pleno conhecimento que têm do problema do Nordeste, a esse grande desafio brasileiro, dar o apoio a esses homens que estiveram no Governo, não aos de hoje, aos de amanhã, aos de depois, para que realmente nós tenhamos um aporte de recursos que corresponda a essa proporção populacional, ou seja, 30% dos grandes investimentos. Isso não é de Governo não, vamos falar claro; estamos no Rio Grande do Sul, estamos em São Paulo, no Paraná, em rodas sociais, quando conversamos e ninguém acha justo — vamos falar claro — ninguém está convencido de que se deve, numa região pobre como a nossa, fazer investimento nesse montante. O que adiantam programas tão bons quanto esses que V. Ex<sup>a</sup> ouviu o nobre Senador João Lobo falar, se realmente a missão é uma e os meios correspondem, às vezes, a um centésimo daquilo que necessário para levá-la avante? Nós apenas estamos como que salvando a face. Não é de hoje, não é de ontem, não é desde os tempos de Epitácio; nós estamos apenas salvando a face, dizendo que estamos contornando o problema dando-lhe recursos, mas nunca ninguém venha negar aqui que esses recursos, além de ínfimos, são absolutamente desproporcionais às missões às quais deveriam ser dirigidos. Era isso que gostaria que ficasse constando dos apartes que V. Ex<sup>a</sup> permitiu inserir no seu discurso oportuníssimo e, ao mesmo tempo, revestido do valor intrínseco e extrínseco pelo valor e prestígio de quem o enuncia. Eminentíssimo Senador, V. Ex<sup>a</sup>, que é um dos presidenciáveis, não vá pensar que se um dia V. Ex<sup>a</sup> chegar no poder, que se essa sociedade esteja motivada para isso, V. Ex<sup>a</sup> pegará impunemente os recursos correspondentes a uma Itaipu ou a uma meia Itaipu e poderá investir em todo o Nordeste. A reação será colossal; não é a reação do Governo A, do Governo B, burocrata A ou do burocrata B, é a reação da sociedade que há que ser trazida para essa grande realidade, que é um truísmo: não pode haver Brasil forte com um Nordeste miserável como ele se encontra. Era essa achega final que queríamos dar ao primoroso discurso de V. Ex<sup>a</sup>, e o apelo de que não desanime nessa cruzada. Ter-nos-á ao seu lado, desvaliosamente, certamente, mas com todo o empenho para que possamos mudar a fisionomia daquele Nordeste. E só se muda aquela fisionomia com investimentos adequados, mas investimentos, também, maciços. O resto, permita-lhe dizer como o cronista, é o resto.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Virgílio Távora, desvaneceme mais essa contribuição que V. Ex<sup>a</sup> traz ao meu discurso, e devo lembrar que no seu aparte V. Ex<sup>a</sup> salienta um ponto que me parece interessar, não apenas ao Nordeste, mas às demais regiões fisiográficas do País. Eu me refiro à necessidade de regionalizarmos o Orçamento da União, para que as dotações para os programas de desenvolvimento sejam contempladas em função das necessidades e peculiaridades regionais.

V. Ex<sup>a</sup> recordou que o Nordeste abriga, aproximadamente, 1/3 da população brasileira, e para lá vão apenas, aproximadamente, 12% das dotações orçamentárias da União.

Talvez, se o Orçamento fosse feito contemplando-se as diferentes regiões, ou seja, fosse um orçamento regionalizado, explicitando programas regionais, nós tivéssemos no Nordeste um desenvolvimento mais acentuado, e certamente, outras regiões também seriam beneficiadas com a adoção desse mecanismo orçamentário.

*O Sr. Virgílio Távora* — E isso, eminente Senador, só no orçamento fiscal.

O SR. MARCO MACIEL — Sim. É verdade.

*O Sr. Virgílio Távora* — Vá ao orçamento das estatais para verificar, então, que madrastras são elas para conosco. A aplicação proporcional é ínfima.

O SR. MARCO MACIEL — É verdade. V. Ex<sup>a</sup> salienta que se trata tão-somente do orçamento fiscal, e não compreende os orçamentos das estatais — e no Nordeste não são numerosas as estatais, e nem, tampouco, o orçamento monetário, que hoje representa parcela extremamente significativa.

Assim, Senador Virgílio Távora e eminentes colegas, acho que está na hora de pensarmos, através de uma alteração no texto constitucional, na institucionalização de orçamentos regionalizados, que contemplem as mais diferentes regiões do País, fazendo com que os programas regionais tenham um adequado acompanhamento e possam ter os resultados que dele, todos nós esperamos.

*O Sr. Alberto Silva* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço o caro Senador Alberto Silva.

*O Sr. Alberto Silva* — Nobre Senador Marco Maciel, acho que todos nós gostaríamos de ouvir a continuação do discurso que V. Ex<sup>a</sup> faz com tanto brilhantismo nesta tarde. Eu queria acrescentar apenas que, em todas as contribuições dos nobres Senadores ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, sobre a necessidade de recursos para o Nordeste, V. Ex<sup>a</sup> coloca muito bem um orçamento regionalizado que fosse acompanhado para que os investimentos correspondessem à população que lá existe. Mas, nobre Senador Marco Maciel, estudei numa escola que não admite que se resolva problema errado. V. Ex<sup>a</sup> foi Governador, é político daquela região, com rara sensibilidade para com os problemas daquela área, e demonstrou, no comando do Governo de Pernambuco, essa sensibilidade. Quero trazer ao conhecimento da Casa duas providências de V. Ex<sup>a</sup> como Governador que, a mim, me colocaram naquela posição de admitir que V. Ex<sup>a</sup> acertou em cheio no problema, quando se dedicou a resolvê-lo. Não só os recursos. V. Ex<sup>a</sup> procurou reter água no seu Estado. Fez barragens nos rios, e quando preci-

sou de água para Recife, V. Ex<sup>a</sup> apelou para quem sabia o que fazer para ter água lá. V. Ex<sup>a</sup> trouxe o CTA para juntar aos esforços do Governo de V. Ex<sup>a</sup> e, em pouco tempo, se não me engano em 8 dias, V. Ex<sup>a</sup> colocou 20 milhões de metros cúbicos no reservatório de Itapacurá. As nuvens estão lá, mas as providências não foram idênticas às de V. Ex<sup>a</sup>. Agora, Recife está sob racionamento. O medo que eu tenho, nobre Senador, é que se mandarmos muitos recursos para o Nordeste, sem um plano definido, começam-se a se fazer coisas que não devam ser feitas ou coisas que não resolvam o problema da seca. Eu acho que quando o CTA disse que nós íamos ter cinco anos de estiagem, o Nordeste todo deveria ter se reunido. O que é que custa comprovar a teoria do CTA? Ele tem dois projetos: um, de fazer chover, nucleando nuvens. Mas não é um aviãozinho no Ceará, outro lá em Petrolina; são 24 aviões, noite e dia, vigiando nuvens, de noite ou de madrugada, para fazer chover. Só esse programa garantiria, nobre Senador Marco Maciel, no mínimo, 50% das necessidades de chuvas durante o período das estiagens. Só esse programa. E o outro, que é uma pesquisa; e o nosso País, infelizmente, não é dado a gastar dinheiro em pesquisa, nobre Senador Marco Maciel; custa quatro bilhões. O Governo já gastou 500 bilhões; o Projeto MOCLIMA, aquele que gera nuvens do oceano, custa quatro bilhões. Por que não pagar os quatro bilhões e fazer uma experiência? Não vai alagar ninguém, não vai morrer ninguém. O CTA diz: o programa vai ser estudado em profundidade. Se os exames em profundidade revelarem que é conveniente experimentar, sim, mas até agora ninguém gastou o dinheiro para saber se sim ou não. Esse programa é o mais barato que nós poderíamos fazer no Nordeste. E, na minha opinião, o mais eficiente. Depois dele, reunir água, nobre Senador Marco Maciel. V. Ex<sup>a</sup> foi Governador e fez isso. O DNOCS, em 1909, começou a fazer barragens para juntar água no Nordeste. Em 1964 mandaram o DNOCS parar de fazer barragens e fazer irrigação. Se o DNOCS tivesse continuado a fazer barragens, barrar curso de rios, barrar boqueirões adequados, o Nordeste hoje teria água bastante para não estar submetido à seca. No entanto, o programa foi cortado. Caem, no Nordeste, no mínimo 600 milímetros de água em qualquer ocasião, mesmo nesta seca. Enquanto sabemos que cai no Nordeste muito mais água do que poderíamos trazer do São Francisco, vai o Ministro à SUDENE e faz uma exposição, à qual assisti, para gastar milhões, trazendo água do São Francisco. E eu já assisti, em 1966, todo o Nordeste com as mãos na cabeça porque o São Francisco estava secando. E ninguém venha me dizer que as barragens de regularização vão evitar que aconteça o mesmo de 1966. V. Ex<sup>a</sup> que é presidenciável, que como bem disse o Senador Virgílio Távora, se chegar lá, com o Nordeste do seu lado, nos programas que V. Ex<sup>a</sup> possa fazer, escolha apenas dois programas — e com eles vá até o fim — é preferível a essa quantidade enorme de pequenos e médios programas que nada resolvem. Quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pela justeza do discurso que faz hoje, e trazer uma modesta contribuição de quem também conhece a região.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Alberto Silva, efetivamente V. Exª conhece muito bem a região, e teve a oportunidade de dirigir um dos Estados mais problemáticos, mas paradoxalmente, ao mesmo tempo, mais promissores do Nordeste, que é o Estado do Piauí. V. Exª também conhece a região em face de outros cargos e funções que ocupou no Governo Federal. Sabe, portanto, das nossas vicissitudes maiores.

A respeito do aparte de V. Exª, pretendo fazer rapidamente três considerações. A primeira, diz respeito ao programa de nucleação artificial. Em verdade, os recursos têm sido escassos. Foram talvez menos escassos nos dois últimos anos passados. Parece-me, porém, que neste ano as dotações foram tão insignificantes que pouco se fez, ou se pôde fazer na região.

Inscrevo-me dentre aqueles que defendem a necessidade de programas desse tipo, sobretudo nos instantes mais difíceis das irregularidades climáticas, quando a produção está ameaçada de se perder, quando a população fica ameaçada de sofrer privações, nas cidades, mínimas de águas, para a dessementação das pessoas e dos animais.

A segunda consideração diz respeito à perenização dos rios. Com efeito, eu acredito que no Nordeste há muitos e muitos rios que poderiam ser perenizados. Em Pernambuco, num estudo preliminar feito, identificamos aproximadamente 15 mil quilômetros de rios que poderiam ser perenizados, gerando em suas margens, sem necessidade de desapropriação — como lembrou o Senador Virgílio Távora — produção agrícola e resposta também na pecuária.

Esse programa deu seus primeiros passos, e todos nós esperamos que ele prossiga, porque é fundamental para o Nordeste. Experiências bem sucedidas já estão aí, à mostra, nos mais diferentes Estados da Federação. E de modo especial, programas executados pelos próprios Governos Estaduais, vale dizer, programas executados com feição local, respeitando-se as peculiaridades de cada região, ou microrregião.

Por fim, a terceira consideração, que desejo fazer do aparte de V. Exª é com respeito ao problema de transposição de águas do rio São Francisco. E permita-me, V. Exª, neste ponto, dissentir dos abalizados argumentos que brandiu V. Exª Sou favorável — faço questão de proclamar — aos estudos de transposição de águas dos rios, porque a grande limitação, no Nordeste, ainda é a água. E temos alguns rios, como é o caso especificamente do São Francisco, que, além de energia, pode oferecer água abundante para irrigação, gerando consequentemente produção agropecuária.

Em estudo que tive oportunidade de ler, verifiquei que, quando o São Francisco está em suas cabeceiras, com o volume reduzido de água, o Nordeste está geralmente chovido, pois coincide com a época das precipitações pluviométricas.

cas na região; e quando o São Francisco está mais caudaloso por ter chovido nas suas cabeceiras e principais afluentes mais ao sul, o Nordeste está seco.

Esses programas de transposição de água poderão, então, significativamente, contribuir para vencer a escassez de recursos hídricos da região. Sou a favor, pois, desses programas. Lamento até que eles não estejam em pleno desenvolvimento. Em Pernambuco, iniciei, de forma modesta, um programa de desvio das águas do São Francisco, saindo com um canal artificial na altura de Petrolina Juazeiro, prolongando-se, paralelamente, ao rio São Francisco até um dos seus afluentes mais importantes — o rio Pajeú.

Esse programa se encontra em execução por intermédio do Governo do Estado, graças à ação do operoso Governador Roberto Magalhães. Espero, com a ajuda do Governo Federal, que ele não sofra solução de continuidade, para que possamos demonstrar a validade da proposta. Sem querer ousar, eu diria que também defendo a tese de que poderíamos cogitar de programas mais ousados de transposição de águas. Quem sabe, unindo a Bacia do Tocantins à do São Francisco e assim sucessivamente, gerando, dessa forma além de maior disponibilidade de recurso hídrico, condições para desenvolvimento de navegação interior, daquilo que, se não me falha a memória, Euclides da Cunha chamou de, “estradas que andam”. Navegação interior desenvolvida através de nossos caudalosos rios do Norte, do Centro-Oeste e do Sul do País.

*O Sr. Alberto Silva* — Permite uma ligeira intervenção?

*O Sr. Virgílio Távora* — Eminente Senador, logo após, gostaríamos que V. Ex<sup>a</sup> me permitisse também um aparte.

O SR. MARCO MACIEL — Ouço o nobre Senador Alberto Silva.

*O Sr. Alberto Silva* — Absolutamente, eu não disse que sou contra. Falei nas prioridades do Nordeste. A transposição das águas do São Francisco, no Nordeste, alimenta rios e alguns reservatórios ao longo de uma linha. Veja bem V. Ex<sup>a</sup>, eu quero dizer que há prioridades. Possuímos poucos recursos e temos de decidir o que fazer. Por isto, na prioridade dos recursos, se barrarmos os cursos de rios, os boqueirões, todas as bacias que possam acumular água no Nordeste, teremos, com muito menos dinheiro, a água mais bem distribuída. O São Francisco, vindo para o Nordeste, atende a uma linha e ao longo dela vai haver fertilidade. Mas, por exemplo, o São Francisco, chegando ao Ceará, não resolve o problema da região de Independência e de Tauá, não vai resolver o problema, por exemplo, de Cabrobó ou de outras cidades grandes no sertão de Pernambuco. E quero chamar a atenção do nobre Senador Marco Maciel, para o seguinte: no Nordeste, mesmo na pior época de chuva, não chove menos de seiscentos milímetros e existem regiões do mundo em que não chove nem trezentos milímetros.

O SR. MARCO MACIEL — É verdade, V. Exª tem razão.

*O Sr. Alberto Silva* — Com seiscentos milímetros de chuvas anuais, nobre Senador Marco Maciel, se nossas bacias estivessem barradas, o Nordeste teria água para todas as suas necessidades. Sei perfeitamente que V. Exª fala em programa bem mais ousado. Sou favorável à transposição do Tocantins. E há um estudo que já foi feito há mais de 50 anos, nobre Senador. O rio Tocantins passa pelo Piauí, exatamente na cidade de Amarante, vindo pelo rio Balsas, na cidade de Amarante ele é levantado numa barragem e chega ao Estado de V. Exª, a Paraíba, ao Rio Grande do Norte e ao Ceará. Este é um estudo muito bonito e o Tocantins tem oito, dez enchentes por ano, pode entregar água durante os doze meses do ano. Mas este fato não invalida a tese, muito bem defendida por V. Exª, que é favorável à transposição. Eu coloco prioridades. Muito obrigado a V. Exª

O SR. MARCO MACIEL — Devo dizer, nobre Senador, que, neste seu aparte, V. Exª trouxe fatos novos com relação ao problema da transposição de águas e que, a meu ver, foram esclarecedores da sua posição a respeito do assunto. Folgo em vê-lo, também, inscrito entre aqueles que defendem o sistema de transposição de águas, sobretudo para minimizar as dificuldades hídricas no Nordeste e quem sabe, como esperamos todos nós, para que isso também possa gerar a navegação interior, tão desenvolvida em outros países e tão barata, se cotejada com outros sistemas modais de transportes.

Se os recursos são escassos, Sr. Presidente, nós devemos cogitá-los de progressivamente ampliá-los, porque acredito que essa é uma prioridade nacional, porque permite não apenas livrar o Nordeste do problema, mas permite, também, promover uma adequada integração nacional.

V. Exª, também, frisou outro ponto que acho extremamente importante, é o de que no Nordeste, mesmo no semi-árido, as precipitações pluviométricas não são baixas, sobretudo se nós compararmos com as precipitações pluviométricas de outras regiões semi-áridas do mundo, na Austrália, Israel, México, na África, etc. O que caracteriza a região é, sobretudo, a irregularidade da precipitação e por isso concordo com V. Exª quando defende que a água caída tem que ser armazenada. Nós não podemos deixar que essa água se precipite para o mar ou se evapore, como acontece frequentemente. Por isso, estou integralmente de acordo com a manifestação que vem de fazer e que incorporo, com muita alegria, ao meu discurso.

*O Sr. Virgílio Távora* — Permite mais um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço mais uma vez o Senador Virgílio Távora.

*O Sr. Virgílio Távora* — Eminentíssimo Senador, era mais um contra-aparte ao ilustre representante do Piauí: dizem, na nossa terra, que a justiça começa de casa e nós somos co-sogros, V. Exª sabe disso.

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

*O Sr. Virgílio Távora* — Sobre algumas afirmativas do Senador, para honra do Ceará, o CTA nunca poderá dizer que o MOCLIMA não teve o apoio do Governo alencarino. Em uma época em que houve dúvidas levantadas pelos técnicos de quase todos os Estados, sobre a felicidade ou não do MOCLIMA, não nos referimos à MODARTE, o Ceará assinou convênio com o CTA e empenhou-se ao máximo em uma experiência piloto que — infelizmente teve que ser suspensa, pois imposição constitucional nos obrigava a sair do Governo, e cada cabeça, cada sentença — far-se-ia ao longo da costa do Ceará sobre a carcaça de um antigo navio desses desativados do Lloyd, queimando carvão microgranulado. Segundo, para afirmar e ainda dar mais ênfase do que Alberto Silva disse aqui, o programa é baratíssimo, é de graça em relação aos dispêndios colossais, diremos: são quatro dias de dispêndio que o Governo Federal gasta na Emergência. Portanto, é, praticamente, de graça se comparado com o que era despendido com a Emergência.

Quanto à transposição do rio São Francisco, talvez a culpa seja até um pouco aqui do Vice-Líder que prometeu trazer aqui e está com toda a documentação para que nós iniciássemos, neste Plenário, uma das missões precípua do Parlamento: debatermos um grande programa, não no âmbito de uma comissão, sempre restrito, mas aqui apresentado o programa com os prós, com os contras e, friamente, nos deparamos logo com a resposta à primeira pergunta, que nos antecipamos a formular. Prioridade número um para o Nordeste semi-árido seria energia ou água em termos de se obter a maximização da utilização do rio São Francisco? Como o eminente ex-Governador de Pernambuco, por termos, também praticado ela lá, o Asa Branca e nós o PROMOVALE no Ceará...

O SR. MARCO MACIEL — Tive a oportunidade de conhecer; é um bem sucedido projeto.

*O Sr. Virgílio Távora* — ...somos todos muito fãs de desvios e de transposição de pequenos rios, quanto mais de um rio grande como o São Francisco. Agora, somos, também, Srs. muito fãs da iniciativa privada: o Governo Federal apenas auxilia. Quando fazemos restrições a essas grandes irrigações feitas pelo DNOCS, achamos que apenas determinados projetos servem como laboratório de estudos e por que acreditamos é na iniciativa privada. Não sabemos os dados do nobre Senador Marco Maciel, mas os colhidos no PROMOVALE, é bem verdade que em situações especiais, nós já havíamos construído o Banabuiú, o Orós, foi só colocar as válvulas aspersoras. Mas, se o DNOCS, tivesse que proceder nas mesmas condições, também, teria que fazer os dois açudes. Pois bem, a parte puramente de irrigação, eminente Senador, é numa proporção de 10 para 1 no preço e menos de 12 para 1 no tempo em que se consegue o mesmo

número de hectares pela irrigação privada, pela irrigação oficializada, coletivizada, sem falar no grande problema social criado por esta última, ou seja, de tirar dez famílias para colocar seis. Neste momento, V. Ex<sup>a</sup>, talvez por modéstia excessiva, tenha aqui deixado de nos brindar com uma rápida explanação do que foi justamente essa sua tentativa de racionalização da agricultura que deve ser estendida a todo o Nordeste, que vive sempre sujeito à seca, que foi a tentativa de V. Ex<sup>a</sup> no seu Estado e nós também no nosso. Mas V. Ex<sup>a</sup> que estava fazendo aí a explicação da irrigação, através do barramento desses rios, desses riachos, da transposição de pequenos desvios, no caso de V. Ex<sup>a</sup>, do rio São Francisco, e, no nosso caso, do rio Jaguaribe, e do resultado excelente que deu numa época calcinada pela seca deve voltar a esta tribuna. Eram esses os reparos que nós queríamos fazer, um sobre a afirmativa de V. Ex<sup>a</sup>, e outro ao excesso de modéstia de V. Ex<sup>a</sup> em não ter dito os resultados que obteve.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Líder Senador Virgílio Távora, acolho a sua manifestação e devo dizer que o PROMOVALE, que V. Ex<sup>a</sup> desenvolveu com tanto acerto em seu Estado, é bem uma demonstração dos resultados extremamente positivos que se pode obter com o desenvolvimento de obras de perenização de rios e o seu aproveitamento, através da pequena e média irrigação, sem necessidade de desapropriações, sem necessidade, conseqüentemente, de elevar-se significativamente os custos desses projetos.

*O Sr. Humberto Lucena* — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

*O Sr. Humberto Lucena* — Lamentei estar ausente do plenário durante o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mas ouvi boa parte dele, no meu gabinete, onde me encontrava em tarefas inadiáveis de Liderança, e ainda chego a tempo de interferir nas palavras de V. Ex<sup>a</sup>, com as quais me congratulo, porque V. Ex<sup>a</sup>, como uma das lideranças mais afirmativas, no plano político, do nosso Nordeste, está aí cumprindo o seu dever...

O SR. MARCO MACIEL — Grato a V. Ex<sup>a</sup>

*O Sr. Humberto Lucena* — ... de representante daquela sofrida Região, defendendo, com ardor, uma melhor política para o seu desenvolvimento. Mas o que eu queria, nobre Senador, era também aproveitar a presença de V. Ex<sup>a</sup> na tribuna, para, em homenagem aos 80 anos do Senador Dinarte Mariz, que vão ser inclusive comemorados aqui, brevemente, no próximo dia 3, ler um telex que recebi de S. Ex<sup>a</sup>, na tarde de hoje, alusivo ao Nordeste, nos seguintes termos:

“Acabo transmitir seguinte telex ao Ministro Mário Andreazza bipóntos abre aspas agradeço ao ilustre Ministro e velho amigo o convite que me fez para assistir a assinatura de convênios com o Governo

de meu Estado pt Infelizmente motivo supervenientes não me permitem estar presente a tão importante solenidade como desejava pt Faço votos que se concretize em tempo hábil o que a imprensa já antecipa vg permitindo ao jovem competente e obstinado Governador José Agripino vencer os obstáculos quase intransponíveis semeados no itinerário de sua promissora administração pt Necessitaria mesmo com sinceridade e objetividade analisar os riscos que nos cercam indicados pela visão que a idade e a experiência me permitem pt Quando aguardava o resultado das solicitações feitas da tribuna do Senado para uma anistia dos impostos devidos pelos agricultores vg nos municípios atingidos por cinco anos de estiagem vg a resposta foi o aumento de até 400% pt Conseguimos depois de vários entendimentos com o Banco Central uma solução para os débitos dos agropecuaristas com os bancos oficiais recomendada pela Portaria 789 pt Em seguida tivemos a surpresa do Banco do Brasil seu executor contrariando todo texto daquela portaria fazendo exigência que torna inexecutável as medidas já oficialmente comunicadas aos congressistas pt Parece que das seis exigências adicionadas pelo Banco do Brasil apenas uma foi omitida — a da fome pt Isso num País que criou um Ministério da Desburocratização pt Enquanto isso o Banco do Brasil manda para protesto os títulos dos débitos tomados para recria vg ignorando a Portaria do Banco Central que admite um entendimento aos que tenham tido seus rebanhos prejudicados pela estiagem pt Quais os que não tiveram? Fui procurado por vários prefeitos cujas prefeituras se acham em atraso com a Previdência Social pt Procurei o Ministro et fazendo uma exposição da penúria em que se encontravam as finanças daquelas comunas et a resposta foi ativar a cobrança com correção monetária pt Recentemente o Governo protegeu o aumento de energia aos Estados do Sul prejudicados por inundações vg enquanto o Nordeste com cinco anos de seca está condenado a pagar o aumento pt Já tive oportunidade de lhe falar sobre a emergência que no Rio Grande do Norte adota três critérios vg ressaltando naquela oportunidade em companhia do Prefeito de Caicó o drama das cidades notadamente nas suas periferias pt Pois bem Ministro vg as minhas previsões infelizmente já começaram a se confirmar vg está morrendo gente de fome e até sacrifício de vida por suicídio pt Com o rompimento do vínculo de harmonia entre os poderes por ato da revolução que ajudei a fazer avocando a si própria poderes absolutos do controle da economia nacional pt Restou ao Congresso o canal estreito das solicitações quase sempre humilhantes et incompreendidas pt Quanto a mim preferi o caminho do esclarecimento pt Infelizmente a abertura do Presidente Figueiredo que tão generosos frutos já produziu ainda não atingiu aquele que deveria

ter sido prioritário pois sem ele jamais encontraremos o caminho da democracia pt Ou o Nordeste se afirma através de seus Governadores que pela primeira vez na história se unem na defesa de objetivos comuns da região ou tudo está perdido pt Atenciosamente vg Senador Dinarte Mariz vg Presidente da Comissão de Segurança Nacional fecha aspas pt Cordialmente Senador Dinarte Mariz — Presidente da Comissão de Segurança Nacional.

São palavras, nobre Senador, que V. Ex<sup>a</sup>, a meu ver, deveria acrescentar ao seu pronunciamento que motivarão, sem dúvida, nossa profunda meditação.

O SR. MARCO MACIEL — Ouvi, com muita atenção, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> que, inclusive, fez a leitura do telegrama do Senador Dinarte Mariz, relatando dificuldades por que passam os agricultores e pecuaristas da região nordestina.

Incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu discurso e espero que o Ministro Mário Andreazza e o Presidente João Figueiredo, que têm se mostrado tão sensíveis à problemática nordestina, possam determinar ao Banco do Brasil as providências que se impõem, de sorte a que o Nordeste não sofra ainda maiores danos com a grave crise que atravessa provocada, basicamente, pela repercussão que a seca traz em todo o seu itinerário de destruição.

### DECISÃO POLÍTICA

Mas, Sr. Presidente, atendendo ao apelo de V. Ex<sup>a</sup>, vou concluir o meu pronunciamento, dizendo que, a meu ver, o que falta ao Nordeste são meios de converter discurso em ação; falta adotar as providências já identificadas e, nesse particular, vale transcrever judiciosas observações do Ministro Mário Andreazza, em reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, de 4 de agosto último, sob a Presidência do Presidente em exercício, Aureliano Chaves, quando afirmou:

“Ninguém desconhece o que fazer para o desenvolvimento do Nordeste semi-árido. As soluções para os seus problemas são conhecidas. Estão testadas. Foram comprovadas, técnica e economicamente.

A atual dimensão financeira dessas ações de desenvolvimento é que ainda é insuficiente. É preciso ampliá-la. Deslocá-la para novo e mais elevado patamar financeiro, obtendo-se, concomitantemente, maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis.”

O que falta, enfim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é decisão política — firme, coerente, determinada — que assegure à região a execução de seus programas e projetos já estudados e elaborados, dê-lhes a imprescindível continuidade e articulação com os estados da área, muna-lhes de meios e recursos, através de órgãos governamentais da União, especialmente da SUDENE.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Porque não devemos aceitar a persistência da redundância, não admitimos, todos nós brasileiros, que perdure a hoje inevitável associação entre nordeste e seca — à qual poderíamos associar também todo o corolário de sofrimento físico e moral que costuma acompanhar a tragédia.

A Nação, estou seguro, saberá corresponder a essa aspiração da sociedade e a transformará em medidas concretas.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

## **AÇÃO PARLAMENTAR**

Plaquetas publicadas:

- 1 — Cem anos de República
- 2 — Informática e Desenvolvimento
- 3 — Importância do Mar e presença na Antártica

## **PRÓXIMOS LANÇAMENTOS**

- Reforma Tributária
- Ciência e Tecnologia
- Desenvolvimento Urbano
- Sucro — álcool — química: nova fronteira econômica
- Simplificação das Leis

Endereço para correspondência:  
Senado Federal  
Gabinete nº 01  
CEP 70.160 — Brasília — DF





